

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
---- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO E CONTINUADA NO DIA 2 DE
MARÇO DE 2006.** -----

----- **ACTA NÚMERO SEIS** -----

---- No dia 2 de Março de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

---- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

---- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Armando Luís Coelho da Silva, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Roque Alexandre, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro

Miguel Santos de Sampaio Nunes, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata, José Luís Português Borges da Silva, Tiago Filipe Silva Mendes Morais Alves, Pedro Manuel Tenreiro Bisciais Pereira, João Gonçalo Maltez de Freitas, Feliciano Marques Martins Cruz David, Cecília da Conceição Simões Sales, Sílvia Mota Lopes, Rodolfo Knapic, João Pedro Gonçalves Pereira, Rui Jorge Lopes Ferreira, Nuno Maria Bonneville Van Uden. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- David Alexandre Ribeiro Valente, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Joaquim António Canelhas Granadeiro, José Maria Ribeiro Rodrigues, Maria Alexandra Dias Figueira. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Vasco Valdez (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Manuel Bisciais Pereira. -----

----- Ana Páscoa Baptista (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Sales. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por dois dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Cecília Sales. -----

----- José Rui Roque (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Rui Jorge Lopes Ferreira. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, por Rodolfo Knapic. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- João Manuel Pereira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, por João Gonçalo Maltez de Freitas. -----

----- Luís Filipe Gonçalves (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, por Tiago Filipe Silva Mendes Morais Alves. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 21 de Fevereiro. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação do documento, começou por referir que a informação escrita que foi distribuída dizia respeito aos dois primeiros períodos de dois meses deste mandato, mandato esse que foi delegado na equipa do PSD que elegera os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta de Freguesia e os Vereadores, e especialmente escolhera um projecto, uma liderança e um objectivo para os próximos quatro anos da Cidade de Lisboa. Quatro anos que se seguiam a outros quatro onde foi patente uma inflexão em muitas políticas que até então vinham a ser seguidas. Houve coisas que foram conseguidas, houve coisas que com certeza não foram conseguidas e houve coisas que ficaram a meio. -----

----- Portanto, o início de novo mandato era seguramente o início de uma nova equipa e de um novo projecto, não esquecendo compromissos e iniciativas do passado, e não esquecendo seguramente, e desde sempre, as pessoas de Lisboa e os objectivos primeiros que eram o de tornar Lisboa uma cidade onde a qualidade de vida fosse melhor, onde houvesse melhores condições para atrair jovens e melhor qualidade de habitação, de cultura, de desporto, mas também uma atenção muito especial para a realidade que era o facto da Cidade de Lisboa ser presentemente uma das cidades mais envelhecidas, senão mesmo a mais envelhecida das grandes cidades da Europa. -----

----- Por isso, como ia a dizer, uma atenção muito especial para a terceira idade mas também para os jovens, que eram o garante do futuro da cidade e também do País. -----

----- Este primeiro ciclo de vida do mandato, que cobria os primeiros quatro meses, era seguramente um período de estabilização, de arranjo da casa e de preparação dos mandatos autárquicos, que eram só de quatro anos. Mas uma atenção especial foi dada, estava a ser dada e seguramente continuaria a ser, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, porquanto eram eles que, em conjunto com os eleitos, faziam o dia-a-dia da cidade em parceria, com certeza, com muitas outras entidades com as quais dialogavam todos os dias. Já ali referiu a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, que eram parte da Câmara Municipal, mas especialmente com muitas entidades que não eram da autarquia mas que faziam também a vida da colectividade lisboeta. Eram elas inúmeras associações, colectividades, agremiações, imensas IPSSs, e era com esse número muito alargado de instituições que se fazia a cidade do dia-a-dia. -----

----- Mas, para isso, havia um núcleo charneira na cidade que eram os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por isso, optara por dotar de algum simbolismo o primeiro acto após a tomada de posse do novo Executivo camarário, que foi justamente o lançamento da primeira pedra da sede dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. Um acto que diria que foi simbólico, mas que revelava, e quisera denotar esse simbolismo justamente na atenção primeira que tinham de dar para dentro de casa, para os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. Era com eles que toda a gente na cidade olhava para a Câmara no dia-a-dia, nos serviços que prestava, na fiscalização e no planeamento que fazia. -----

----- Disse, depois, que queria também chamar a atenção de que nestes primeiros quatro meses de mandato se retomara um entendimento político, uma coligação pós-eleitoral com o CDS-PP, como, aliás, já tinha sido feita também no mandato anterior. Entenderam que tal era preciso para a estabilidade governativa da cidade e também para dar continuidade àquele trabalho que foi feito nos últimos quatro anos e que merecera, no passado dia 9 de Outubro, o voto favorável de larga maioria dos lisboetas. -----

----- O entendimento com o CDS-PP veio, pois, criar essa maior estabilidade governativa, e foi entendido atribuir à Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto a área da habitação social, o acompanhamento da empresa Municipal GEBALIS e, também, duas áreas não ligadas directamente a competências tradicionais dos Vereadores, com a criação de um Comissariado específico para articular, integrar e coordenar os diversos serviços e entidades, dependentes da Câmara, que intervinham na zona da Baixa/Chiado como uma grande acção para promover, de uma vez por todas, a requalificação e a elevação da Baixa Pombalina ao estatuto que ela deveria ter, isso também acompanhado pelo esforço, a que iriam dar continuidade, de eleger a Baixa Pombalina como Património da Humanidade. -----

----- Era nessa convicção que a Baixa precisava de ser revitalizada, precisava de ser requalificada, precisava de voltar a ter vida própria, vida de habitação, de pessoas, de comércio, de actividade cultural, de capacidade de boa mobilidade e ocupação do espaço público, independentemente de outras acções que já elegeram também como prioritárias noutras zonas da cidade, como os bairros da Liberdade, Padre Cruz e Boavista. Mas a Baixa era, de facto, o centro de uma bandeira que queriam levantar muito alto! -----

----- Portanto, a Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto iria, consigo, articular e coordenar esses diversos serviços e entidades para promover a Baixa/Chiado. -----

----- Continuando, disse que no tocante ao papel da UCCLA, passados que estavam 20 anos sobre a criação dessa instituição das cidades capitais dos países de Língua Portuguesa, que teve um novo impulso no último mandato, estava também na altura de se fazer uma redefinição dos seus desígnios e objectivos, como do papel da Câmara Municipal de Lisboa dentro da UCCLA. E era nesse sentido também que a Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto o iria coadjuvar nesta altura importante de reflexão sobre o desígnio que deveria continuar a ter a UCCLA, uma vez que foi ultrapassada uma primeira fase de 20 anos muito importante, desde logo da criação, da consolidação e do reconhecimento que hoje, no espaço lusófono, tinha essa importante

união das cidades capitais, que tem sido um elo permanente de reforço multilateral das relações e cultura lusófonas. -----

----- Mas nestes primeiros quatro meses havia já a registar alguns avanços significativos em diversas áreas. -----

----- Por exemplo, na área do ambiente urbano procedeu-se, em Janeiro de 2006, a uma extensão da recolha selectiva até Carnide. A recolha selectiva feita em Lisboa abarcava 12,2% do total da recolha de resíduos sólidos urbanos, contra 87,8% da recolha indiferenciada. Mas esses 12,2% significavam um aumento muito significativo, quase 50%, pois passara-se de 6,9% para 12,2%, e era nessa linha que iriam continuar para que Lisboa estivesse cada vez mais orgulhosa do seu desempenho ambiental. -----

----- E o início de mandato era justamente altura da mudança, da tal charneira que referira e da preparação não só para o tal ciclo autárquico de quatro anos, mas também para o médio e longo prazo da cidade. A cidade tinha hoje, aliás como o País, muita legislação desadequada ou desactualizada, na própria Câmara Municipal havia mais de 30 regulamentos dos quais muitos estavam a precisar de uma revisão para actualização, porque eles traduziam não só aquilo que eram as políticas para a gestão da autarquia, como também, nalguns casos, aquilo que representava as fontes de receitas da própria autarquia. -----

----- Por isso, um processo alargado estava a ser começado, nomeadamente em relação a alguns regulamentos municipais como a TRIU cujas taxas eram da maior importância na política urbanística. Portanto foi dado início à revisão de alguns regulamentos mas iriam fazer a revisão de todos porque muitos deles estavam muito desactualizados e desajustados, inclusive aos instrumentos de ordenamento do território que estavam em vigor ou que estavam em vias de revisão. -----

----- Na área da acção social, disse que o Vereador responsável pelo Pelouro teve ocasião de se reunir com mais de 50 instituições de solidariedade social. Fez um périplo pelo parque escolar do Município, agora iniciado e que se iria prolongar até Junho. Esse ciclo de visitas teve início na Escola Básica 1, n.º 167, do Bairro Padre Cruz, em Carnide, e já estavam também a procurar encontrar parcerias para financiamentos à construção ou melhoramentos da construção de 20 escolas da cidade. -----

----- E na área da mobilidade, uma área de primeira importância na qualidade de vida da cidade, a Vereadora responsável pelo Pelouro procedera à apresentação do programa “Lisboa Capital da Segurança Rodoviária 2006”, traduzindo uma clara aposta de introduzir uma nova cultura de cidade que estabeleça a convivência segura nas ruas, entre os peões, com destaque para os de mobilidade reduzida, o transporte público e o transporte individual. A segurança rodoviária e a conseqüente redução da sinistralidade, campanha 100% *cool*, já na sua 4ª edição e este ano tinha como lema: “Missão – Regresso a Casa”. Era uma aposta claramente forte da parte da Câmara, que queria, nos próximos 12 meses, que toda e qualquer escola da cidade tivesse a sua zona envolvente totalmente bem sinalizada e apetrechada em termos de defesa da mobilidade do peão, neste caso das crianças. -----

----- Por outro lado, ainda na área da mobilidade e transportes, foi também possível proceder à inauguração, ou à abertura, do túnel do Rego e também do desnivelamento

da Av. Infante D. Henrique, esta última prevista desde o fim da EXPO'98 e realmente ela veio provocar um descongestionamento significativo do fluxo de tráfego naquela zona da cidade, especialmente nos movimentos pendulares de entrada e saída da cidade ao princípio e ao fim do dia. E também o túnel do Rego veio quebrar uma certa barreira de limitação do Bairro de Santos, porque com a sua abertura foi possível proceder, de facto, a um descongestionamento importante para aquele bairro típico de Lisboa. -----

----- Mas a questão da segurança era sempre também uma questão dominante nas preocupações autárquicas. A questão da segurança, como costumava dizer, era uma matéria em relação à qual era melhor apresentar resultados do que falar dela, era melhor as pessoas na rua sentirem os resultados das mudanças do que se estar a anunciar o que se ia fazer ou não fazer. -----

----- Muito se falava, nas reuniões da Assembleia e da Câmara Municipal, sobre as promessas e os compromissos assumidos pela Câmara relativamente à construção de esquadras de polícia, pelo que era de realçar também que foi assinado com a Polícia de Segurança Pública um protocolo de cedência de espaço, transitando a 1ª Divisão dessa força policial para um edifício municipal na Rua Gomes Freire, protocolo esse que previa a sua ocupação durante dois anos porque entretanto se previa fazer obras no Palácio Folgosa, na Rua da Palma, para o qual anteriormente já havia um compromisso com o Ministério da Administração Interna, para depois a 1ª Divisão da PSP aí se instalar definitivamente. Aliás, essa era uma zona que a própria PSP via com bastante qualidade em termos de localização, dado ser uma zona necessitada e carente da cidade. -----

----- Portanto, não só estava em plena construção a esquadra da PSP da Alta de Lisboa, junto das oficinas do Metro, como também a política da Câmara era, obviamente, nunca criar dificuldades de actuação policial por falta de instalações, por isso cediam espaços e estavam a participar em construção de esquadras como também em obras em espaços cedidos para tal efeito na Ameixoeira, mas também, e mais importante que isso, era preciso ter os meios humanos necessários. -----

----- Por isso, já foi dada nota pública que o Ministério da Administração Interna foi sensível e permitiria que em breve saíssem 150 efectivos do actual curso de formação de agentes da PSP para a Polícia Municipal de Lisboa. Tal previa-se que fosse no próximo Verão, portanto era um reforço substantivo muito significativo dos meios humanos da segurança em Lisboa. -----

----- No que respeita ao urbanismo, disse que se estava a fazer um esforço que diria ímpar, comparado com o que foi nos últimos anos, de promoção e realização de instrumentos de reordenamento, por exemplo o plano de urbanização do Vale de Santo António, que foi aprovado, por maioria, em Câmara no dia 25 de Janeiro; o plano de pormenor do quarteirão a poente da Gare do Oriente, aprovado também por maioria, na mesma reunião de Câmara; e também outras iniciativas que não tinham a ver com o ordenamento do território, mas com algumas que foram discutidas e prometidas durante a campanha eleitoral. -----

----- Referia-se, por exemplo, ao Bairro do Condado, em Marvila, com a eliminação dos chamados túneis da Zona J, que, aliás, se iria deixar de chamar Zona J como se deixariam também de chamar de Zona I ou Zona M já que estavam a trabalhar num

processo de requalificação de toda aquela zona de Marvila, para acabar com a conotação negativa da toponímia que havia naquela zona. Mas essa eliminação dos túneis foi concertada com a Junta de Freguesia, com o autor do projecto dos edifícios e seria uma obra emblemática para um primeiro passo de requalificação urbana efectiva, numa zona que tinha os problemas que eram conhecidos. -----

----- Ainda na área do urbanismo, disse que era importante dar nota do entendimento entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Refer sobre as valências futuras da Estação do Rossio. Estava em curso um projecto de reabilitação dessa estação, um edifício histórico com alguma monumentalidade no centro da cidade, em relação ao qual foi possível, com a abertura e disponibilidade da própria Refer, alterar o uso que estava previsto para o 1º e 2º pisos para um espaço cultural que ainda esta semana iria visitar com a Sra. Ministra da Cultura, justamente porque em vez de naquele espaço se montarem escritórios para alugar, fazia muito mais sentido sediar ali uma âncora cultural que permitisse conjugar o facto de ser um local de passagem de milhares de pessoas e um local turístico da Cidade de Lisboa. -----

----- Passando à área do desporto, disse que também houve iniciativas que mereciam registo. Desde logo, a inauguração do Centro de Recreio Popular do Bairro da Calçada dos Mestres, em Campolide, um Centro onde se assinalara a abertura do novo campo de futebol e da piscina de hidro-ginástica. -----

----- Por outro lado, foi também possível proceder a um antigo anseio do Comité Olímpico de Portugal que foi a realização da escritura de cedência do direito de superfície do terreno onde estava sediado o Comité Olímpico por um prazo de 70 anos.

----- Mas houve ainda outros factos a assinalar, como, por exemplo, a 1ª edição do Raly Lisboa-Dakar, que chamara a Lisboa milhares de participantes, milhares de jornalistas e milhares de pessoas que vieram assistir a essa prova, a maior do mundo em termos de todo-o-terreno, e tinham a garantia que durante mais dois anos teriam essa prova a partir de Lisboa, com toda a boa imagem que foi possível transmitir da cidade para todo o mundo em centenas de horas de televisão. -----

----- E também era necessário dar realce aos 95 anos da Sociedade Hípica Portuguesa, que prestara tributo ao Município com uma cerimónia a cavalo na emblemática Praça do Município. -----

----- Houve, ainda, o lançamento das comemorações dos 150 anos da Associação Naval de Lisboa, a associação mais antiga de Portugal, que teve lugar na Câmara Municipal. --

----- No âmbito da cooperação, retomou a questão da importância e significado do envolvimento da Câmara Municipal de Lisboa na UCCLA, dizendo que se procedera à entrega ao Senhor Presidente da República de Timor-Leste, Xanana Gusmão, das chaves de três edifícios estatais em Dili, que foram totalmente recuperados e reabilitados pela autarquia de Lisboa. Mas também de destacar o encerrar de um ciclo de cooperação com a Cidade da Praia, na Ilha de Santiago, em Cabo Verde, com a total reabilitação da Av. Cidade de Lisboa, justamente a maior avenida da Cidade da Praia, obra com um investimento de cerca de dois milhões de euros, e, paralelamente, a abertura da Casa Padja, uma casa com um significado cultural já histórico em Cabo Verde. -----

----- Ainda na área da cooperação, disse que em breve se iria realizar a nova Assembleia-Geral da UCCLA, e não seria reduzido o esforço que vinha sendo dado justamente para reforçar essas acções de cooperação com as outras cidades que pertenciam à UCCLA. -----

----- E também a Fundação Cidade de Lisboa foi palco de uma cerimónia de formatura de diversos bolseiros do Colégio Universitário da Cooperação – Nuno Kruz Abecasis. O que melhor se podia assinalar e enaltecer desse espírito de cooperação com países de Língua Portuguesa, era acolher e dar apoio à formação de jovens quadros que em Lisboa conseguiam fazer os seus cursos para ficarem mais fortalecidos nas suas capacidades profissionais nos seus países de origem. -----

----- Mas também e justamente porque se reconhecia que a Cidade de Lisboa sempre foi, e deveria continuar a ser, uma cidade multi-étnica e multicultural, cada vez mais procurada, mais do que se calhar em todo o seu longo passado porque foi sempre um ponto de partida e de chegada de gentes várias, a criação de um Gabinete das Minorias Étnicas e das Comunidades Imigrantes. Era uma promessa eleitoral que sendo um Gabinete directamente dependente do Gabinete da Presidência fazia todo sentido dar existência própria e específica a um conjunto de pessoas que fossem os interlocutores primeiros de um largo número pessoas não só provenientes das comunidades de Língua Portuguesa a que estavam habituados, como a brasileira e a cabo-verdiana, mas também a muitas outras que representavam uma realidade dos últimos anos em Portugal, e particularmente em Lisboa, nomeadamente dos países da antiga Europa de Leste. -----

----- Referiu depois a inauguração do passadiço no Elevador de Santa Justa, que realizou uma nova ligação entre a Rua do Ouro e o Largo do Carmo. Esteve muitos anos encerrado devido às obras, mas foi agora possível proceder à sua reabertura. Só para que se tivesse uma ideia, a própria Carris dizia que o não funcionamento correspondeu a um milhão de bilhetes não vendidos por ano, o que traduzia bem o movimento turístico que o passadiço tinha, para além da mobilidade local das pessoas, o que era da maior importância para a Baixa/Chiado. -----

----- Na área da cultura, destacou a comemoração dos 50 anos do fado “A Moda das Tranças Pretas”, o mais famoso fado de D. Vicente da Câmara, numa gala que teve lugar no Teatro São Luiz destinada a celebrar a carreira desse incontornável fadista da Cidade de Lisboa. -----

----- Também neste período uma nota para Francisco José Viegas que assumira a direcção da Casa Fernando Pessoa, e ainda a notícia, veiculada pelo Sr. Vereador da Cultura, da abertura, já no corrente mês de Março, do Cinema São Jorge. O Sr. Vereador tem acompanhando esse projecto com o maior interesse, e de facto todos queriam devolver o São Jorge à vida da Cidade de Lisboa, e isso seria feito muito em breve. -----

----- Disse, ainda, que ele próprio esteve envolvido em diversos encontros com a Sra. Ministra da Cultura, com o Sr. Ministro da Economia e com o Sr. Comendador Joe Berardo, para se empenharem todos, de uma forma aberta e franca, na resolução da Colecção Berardo. O processo estava encaminhado no sentido de se encontrar uma solução para que, tão breve quanto possível, fosse disponibilizada essa colecção num

espaço nobre da cidade, e num espírito sempre de parceria que devia ser fomentado entre o Ministério da Cultura e o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. --

----- Sobre homenagens que foram feitas, começou por referir a prestada a José Luís Champalimaud, com a atribuição do seu nome à toponímia de Lisboa, junto do Rego, também o livro “João Amaral, In Memoriam” que foi apresentado no Salão Nobre dos Paços do Concelho, relativamente ao antigo e saudoso Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, e ainda, se bem que não por iniciativa da Câmara mas porque foi bem evocado em toda a sociedade portuguesa, os 25 anos da morte de Francisco Sá Carneiro. -----

----- Em termos de reconhecimentos, disse que era importante dar nota que Lisboa foi distinguida com o prémio “Best Host City Award” pelo sucesso alcançado na organização dos “MTV Europe Music Award 2005”, um prémio excepcional, que em 12 anos foi apenas atribuído a outras duas cidades, concretamente Dublin e Edimburgo.

----- Realçou também o XV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realizara nos dias 9 e 10 de Dezembro, e onde resultara a sua eleição como um dos Vice-Presidentes da Associação, retomando qualquer coisa que já não existia há muitos anos que era Lisboa estar representada a nível da Direcção. -----

----- Também a nível da Junta Metropolitana, salientou a eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes, em 26 de Janeiro passado, Junta em que a Câmara de Lisboa, não assumindo nenhum desses cargos, estava de corpo e alma empenhada não só nas actuais funções como noutras que eventualmente surgissem numa mudança de quadro institucional relativamente às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----

----- Para além disso, não podia também deixar passar em claro a presença de Bill Gates em Lisboa, que saudava não só pela forma publicitária que o seu nome trazia à cidade mas, mais do que isso, pela importância que tinham no mundo da investigação e das tecnologias os entendimentos posteriores que, através do Governo, foram feitos e que seguramente iriam na linha daquilo que pugnavam em Lisboa, cidade cada vez mais competitiva, mais de empreendedores, mais de jovens e de inovação. -----

----- Seguidamente, disse que queria referir alguns contactos que tinham muito a ver com o fazer a cidade. Ainda hoje era notícia a possibilidade do Instituto Português de Oncologia sair de Lisboa para Oeiras, e a propósito disso desejava referir que vinha mantendo contactos com o Sr. Ministro da Saúde, que desde a primeira hora tem tido a amabilidade de o contactar sobre essa e outras matérias, por exemplo sobre a possibilidade de se avançar desde logo com o projecto para a construção do Hospital de Todos-os-Santos, mas também sobre a preocupação que o Sr. Ministro tinha quanto à necessidade de construir um novo Instituto de Oncologia, e procurara, em primeiro lugar, a Cidade de Lisboa. Já pediu aos serviços de planeamento urbano e já foram trocadas algumas impressões no sentido de se tentar estudar a viabilidade para se manter em Lisboa o novo Instituto de Oncologia. -----

----- E nessa matéria de governabilidade, partilhada com o Governo, já citara outro dia muito diálogo profícuo com o Governo, seja na área da Saúde, da Administração Interna ou da Cultura, como também da Economia ou dos Transportes. -----

----- Por fim, realçou a importância de terem as Grandes Opções do Plano aprovadas na anterior reunião da Assembleia Municipal, bem como o Orçamento para 2006. Isso não seria digno de nota especial não fosse o facto de terem sentido quão nefasto foi para a gestão autárquica em 2005 não terem esses instrumentos aprovados. Portanto, não sendo em clima de normalidade um facto especialmente a destacar, não podia terminar esta intervenção sem realçar o empenho, a participação e também, obviamente, o espírito responsável que foi demonstrado durante a discussão e votação desses instrumentos fundamentais que certamente iriam dar ânimo e maiores responsabilidades para levarem por diante, não só aquilo que eram as suas promessas e compromissos, mas também aquilo que eram os desafios, as necessidades e os problemas permanentes que havia numa cidade como Lisboa, e que estavam animados, confiantes e fortalecidos pelo voto que receberam no dia 9 de Outubro de 2005 para ir ao encontro da resolução desses grandes desafios da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que esta era a primeira informação escrita que o Sr. Prof. Carmona Rodrigues apresentava sobre a actividade do Executivo, enquanto Presidente da Câmara eleito com a sua equipa e o seu programa. -----

----- Este era, por isso, um momento importante para a vida da cidade, pois a sua presença na Assembleia Municipal resultava da legitimidade do voto dos lisboetas que, através de um resultado histórico, lhe reconheceram a competência, a capacidade de trabalho e a dedicação à cidade de que dera mostras no passado. -----

----- A postura decidida, empenhada, séria e competente, extensível aos Vereadores que o acompanhavam, com que iniciara as suas funções, seria, estavam certos disso, capitalizada a favor de Lisboa e dos lisboetas durante os próximos quatro anos. -----

----- Mas não queriam ser espectadores passivos dessa tarefa, e, por isso, diziam ao Executivo municipal que nunca estaria sozinho na Assembleia Municipal de Lisboa, onde o PSD pretendia garantir a aplicação do programa eleitoral que foi proposto aos lisboetas, assumindo o direito à apresentação de propostas e à crítica construtiva. Pediam rigor, davam força; pediam transparência, davam apoio; pediam competência, davam trabalho; pediam envolvimento, davam solidariedade. -----

----- Disse, depois, que ao analisarem este curto tempo do mandato, desde as eleições de Outubro, ressaltava a enorme e prioritária preocupação Sr. Presidente da Câmara em criar as condições necessárias à estabilidade e governabilidade da Câmara. Se havia dúvidas sobre a razão dessa preocupação, elas dissiparam-se nos primeiros dias da actividade camarária, caracterizados por processos, legalmente legítimos mas politicamente desajustados, que procuraram condicionar, para além do razoável, o Executivo na prossecução das políticas sufragadas maioritariamente pelo povo de Lisboa. Referia-se, segundo disse, aos episódios das delegações de competências. -----

----- Foi, pois, a perseverança do Sr. Presidente da Câmara que permitira concretizar a coligação com o CDS-PP, que se saudava, desejando que ela pudesse contribuir para um melhor e mais eficaz governo da cidade. -----

----- E igualmente relevante tem sido a vontade e disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara para participar, de forma muito empenhada, na actividade da Associação

Nacional dos Municípios Portugueses, da qual foi eleito Vice-Presidente, o que era revelador do papel que entendia que Lisboa não poderia deixar de desempenhar no panorama autárquico nacional. Mas, infelizmente, na Assembleia Municipal nem toda a oposição percebera, ou quisera perceber, o alcance desse empenho do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Continuando, disse que da actividade desenvolvida pela Câmara Municipal, entre Outubro de 2005 e Janeiro de 2006, mereciam realce um conjunto de iniciativas que constituíam indicadores seguros da vontade do Executivo em intervir nas mais diversas áreas de preocupação dos munícipes. E, procurando não repetir, quer as palavras do Sr. Presidente da Câmara, quer os próprios documentos escritos e distribuídos, realçavam, sucintamente, um conjunto de acções que achavam do maior alcance. -----

----- Na área social e da solidariedade, especial ênfase merecia a iniciativa de envolvimento das instituições de solidariedade social na política municipal, dando-lhes a conhecer o que aí se projectava, iniciando, assim, um relacionamento transparente e responsável com quem actuava permanentemente no terreno, o que era um sinal de humildade e de respeito que o poder autárquico de Lisboa dava e que o PSD entendia dever ser devidamente assinalado. -----

----- Ainda na área social, disse que o arranque do novo edifício/sede dos Serviços Sociais da Câmara, em acto público presidido pelo próprio Presidente da Câmara, significava, para além do seu simbolismo, o apreço e respeito que todos os funcionários camarários mereciam, os quais dali saudavam. -----

----- No Pelouro da Educação, fazia uma menção especial ao facto de num momento particularmente delicado no que respeitava a opções quanto ao parque escolar nacional, ter o Executivo iniciado uma visita às dezenas de escolas que de si dependiam, não só com a preocupação com as infra-estruturas mas também com o intuito de efectuar diagnósticos de situação junto daqueles que, no terreno, tomavam conta das crianças de Lisboa. -----

----- Por outro lado, a presença de Lisboa no exterior recebera dimensão com a realização do Congresso Internacional para a Nova Evangelização, que mobilizara não só os portugueses mas também muitas outras nacionalidades. -----

----- Em matéria de cooperação internacional, foram entregues em Dili, ao Presidente Xanana Gusmão, as chaves de três edifícios reabilitados pela autarquia de Lisboa, e a reabilitação da Av. Cidade de Lisboa, na Cidade de Praia, em Cabo Verde, que pessoalmente teve oportunidade de testemunhar, davam expressão a uma solidariedade lusófona que também poderia ser interpretada ao nível autárquico. -----

----- E na colocação de Lisboa nos roteiros internacionais e nas mais-valias que daí resultavam, só por má-fé se podia desdenhar o impacto da entrega dos prémios MTV e o Rali Lisboa-Dakar, nos quais a Câmara esteve totalmente empenhada. -----

----- No sector da mobilidade, era também com esperança que acolhiam o programa “Lisboa Capital da Segurança Rodoviária 2006”, sabendo-se que nessa matéria havia muito e aturado trabalho a desenvolver. Se era verdade, até em termos nacionais, que era fundamental ir às causas dos excessos de sinistralidade rodoviária, era preciso exigir

das autarquias que procurassem, nas suas áreas de responsabilidade, formas de contrariar e diminuir esse verdadeiro flagelo nacional. -----

----- Por isso, em nome do PSD, desejava reafirmar todo o fortíssimo apoio do Grupo a esse programa. Essa era uma dimensão da segurança dos munícipes que importava garantir, mas havia outras igualmente muito relevantes. E aí mereciam reflexão os resultados de um inquérito realizado a cerca de quatro mil jovens da área da Grande Lisboa, no qual 45% se queixaram de insegurança nas escolas, fosse no exterior, fosse mesmo no seu interior. Não podiam continuar a ter uma juventude em idade escolar com fortes sentimentos de insegurança, porquanto isso não seria saudável para a sua formação e traria consequências sociais graves. -----

----- Por essas e por outras razões, e assinalando positivamente o facto de tudo indicar ir verificar-se um reforço de efectivos da Polícia Municipal, ainda assim continuavam a entender que a Assembleia Municipal deveria colocar-se ao lado do Presidente da Câmara para continuar a exigir do Governo que a Polícia Municipal tivesse os meios, humanos e materiais, necessários ao cabal cumprimento das suas funções. -----

----- Prosseguindo, disse que poderiam falar ainda da simplificação e desburocratização administrativas, patentes no início do processo de revisão dos regulamentos municipais, ou em matéria de urbanismo com a aprovação do plano de urbanização do Vale de Santo António, ou do plano de pormenor do quarteirão a poente da Gare do Oriente. E, por que não, no desnivelamento da Av. Infante D. Henrique com a Av. Marechal Gomes da Costa, na abertura do túnel do Rego e na cedência de novas instalações para a 1ª Divisão da Polícia de Segurança Pública, ou, finalmente, na área de ambiente urbano, na continuação da implementação da recolha selectiva porta-a-porta de resíduos indiferenciados, alargada agora ao núcleo histórico de Carnide. -----

----- Por fim, disse que muito mais havia para referir mas ficavam-se pelo essencial. Este era o primeiro balanço de actividade do actual Executivo municipal. Haveria na Assembleia Municipal vozes que diriam que tudo isso era nada, outras que diriam que tudo isso era pouco, mas para o PSD estes eram já passos relevantes de um caminho que ainda agora se iniciara, um caminho que queria continuar a construir Lisboa, a construir uma cidade de que todos se pudessem orgulhar, uma cidade capaz de voltar a atrair os muitos milhares que a abandonaram nas últimas décadas, a bem de Lisboa porque era de Lisboa que gostavam. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por levantar uma questão, segundo disse mais de pró-forma mas que também tinha algum significado. É que receberam a informação escrita, um autêntico calhamaço, referente ao período de 31 de Outubro a 30 de Novembro, e entendiam que era altura da Câmara começar a poupar dinheiro, já que a verdadeira informação que ali vinha do Presidente da Câmara era a nota que ele próprio dava no início, pois tudo o resto era actividade burocrática decorrente do normal funcionamento da Câmara. -----

----- Aliás, se lessem essa parte veriam que estavam lá actividades que duravam um ano, estavam lá resultados de meses de actividade da Câmara. Portanto, isso não correspondia rigorosamente à realidade e o que realmente interessava à Assembleia era discutir a informação escrita do Presidente da Câmara, aquilo que ele tinha a dizer,

politicamente, sobre o trabalho que desenvolvera na Cidade de Lisboa. Se agora se começasse a implementar um novo estilo de informação do Presidente da Câmara, poupar-se-iam algumas centenas de euros, talvez até alguns milhares, às finanças do Município, e acabava-se com esse calhamaço que tinha informação que não era relevante para este debate, até porque se calhar os desviava do essencial. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara lhes prometera 304 medidas para 180 dias de mandato. Já lá iam 100 dias, e dessas 304 medidas julgava, com toda a sinceridade, que o Sr. Presidente da Câmara não poderia contabilizar mais que duas ou três como medidas cumpridas. Era um *record*, um *record* negativo, um *record* que correspondia ao estado de espírito da cidade neste momento, que os cidadãos de Lisboa sentiam para com a Câmara. A cidade estava sem alma, sem garra, desmotivada e resignada. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara foi eleito com uma maioria expressiva, reconhecia isso, foi eleito com um programa eleitoral combativo, tão, tão, tão combativo que era um programa eleitoral contra a anterior gestão da qual ele próprio tinha feito parte, e a verdade era que passados estes meses todos aquilo que lhes vinha dizer ali hoje era conversa para os entreter a todos. -----

----- Então, no seu relatório de actividades a atribuição dos prémios MTV da Music Awards também era uma actividade da Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- De facto, o que gostavam de ouvir do Sr. Presidente da Câmara era informações sobre o estado do trânsito na Cidade de Lisboa. O que foi que aconteceu nesse mês a que dizia respeito a informação? O que foi que aconteceu desde que foi eleito? Isso estava gravado, o Sr. Presidente da Câmara não o reconheceu hoje ali e veio-lhes falar dos óscares da MTV como grande e gloriosa actividade da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por outro lado, o que era que acontecia com a reabilitação urbana? Estava paralisada, mas o Sr. Presidente da Câmara não disse nada sobre essa matéria! -----

----- E a intervenção social na cidade? Bom, também estava cada vez mais paralisada e cada vez menos solidária. E naquilo que respeitava à habitação, sabiam que havia agora uma Vereadora responsável, mas o que era que a Câmara lhes podia dizer sobre essa matéria? A única coisa que poderia dizer, e bem, era que foi a reboque da oposição, particularmente do PS, naquilo que dizia respeito ao Bairro das Amendoeiras e ao Bairro dos Lóios, em relação à vergonhosa história da Fundação D. Pedro IV, porque finalmente a Câmara começou a tomar algumas atitudes depois de muito instada, primeiro pelo PS que depois foi acompanhado pelos restantes partidos da oposição, e depois de ter sido ali criada a tal Comissão de Acompanhamento para essa matéria. Mas, de facto, sobre habitação social a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara era zero.-----

----- Referiu que o Sr. Presidente disse que os funcionários da Câmara eram uma das suas prioridades, uma das suas principais preocupações. Tomava como boa essa sua intenção, ainda bem que assim era, o Sr. Presidente da Câmara era uma pessoa de bem com certeza, sempre o disse portanto isso estava fora de questão. Mas, por exemplo, perguntava-lhe o que se passava no Departamento de Desporto onde foram extintas

algumas dezenas de lugares, com comentários muito desagradáveis até em relação a esses mesmos funcionários, inclusivamente que seriam uma cambada de alcoólicos que lá andavam, segundo era relatado por todos que isso foi dito. Onde estava uma palavra de solidariedade, para além da ilegalidade dessa medida? -----

----- Essa era uma realidade que gostariam de ver na informação escrita, porque era uma matéria que era importante que debatessem. O certo é que o Sr. Presidente da Câmara não lhes disse isso, entreteve-os com música da MTV e com os prémios Awards como uma grande realização da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Depois, também quanto ao PDM, que era da responsabilidade da anterior gestão da Câmara e da qual o actual Presidente fez parte, era chegada a altura de começarem a saber mais alguma coisa sobre isso, porque estava completamente atrasado. -----

----- E sobre o Túnel do Marquês também nada foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, apesar de ser uma grande promessa sua. Ele estava resolvido, estava concluído, não havia problema nenhum, mas que lhes dissesse ali claramente. Disse-lhes que tinha falado com o Ministério da Saúde sobre o IPO, mas teria também falado com o Metropolitano de Lisboa sobre o Túnel do Marquês? O Metropolitano já começara a obra? Havia risco ou não havia risco? É que esta era uma obra do actual Presidente da Câmara, nem sequer era do Dr. Santana Lopes! Aliás ele próprio o disse ali mais que uma vez, e o Prof. Carmona Rodrigues não disse que não! -----

----- Era disso que estavam à espera de ouvir falar, mas o Sr. Presidente da Câmara não foi capaz de lhes dizer nada sobre estas matérias. -----

----- A única coisa que o Sr. Presidente da Câmara foi capaz de fazer, reconhecia-o, foi o Orçamento. Infelizmente para todos foi um Orçamento pouco simpático, pouco rigoroso, pouco ambicioso, muito pouco solidário com as questões sociais da cidade e completamente alheado das questões da reabilitação urbana. Era muito pouco para apresentar! -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que estavam em apreciação duas informações escritas, pelo que começava pela primeira, a de Novembro de 2005. -----

----- Referiu, então, que o Sr. Presidente da Câmara, na nota que nela introduziu, referia que, citou: “o período em apreciação foi caracterizado por significativo conjunto de iniciativas”. E tinha razão, pois para além de uma pequena obra numa colectividade, só de iniciativas se tratava e não da realização de qualquer intervenção importante, com excepção da conclusão de duas obras de vulto. -----

----- Na sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara fez referência a algumas delas, que passava também a referir, se bem que duas nem sequer tivessem sido organizadas pela Câmara pois tinham a ver com eventos de nível internacional, que eram o Rali Lisboa-Dakar e a Conferência Internacional para a Nova Evangelização. -----

----- E, a propósito da intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que não era por má-fé que referia que não eram importantes. Só que não eram iniciativas da Câmara! E outras diziam respeito ao domínio da lusofonia. Elas já vinham de trás, tinham a sua importância, mas eram iniciativas que não foram tomadas pela Câmara! ---

----- A quinta iniciativa, que parecia ser a mais importante, e esta era da iniciativa da Câmara para dar nas vistas, era a árvore de Natal mais alta da Europa. Aliás, não tinha a certeza mas pensava até que ela seria da iniciativa de um banco. E ainda as iluminações do Natal. -----

----- A sexta iniciativa, era o lançamento da primeira pedra do futuro edifício dos Serviços Sociais da Câmara, que seria, de facto, uma iniciativa importante se não fosse apenas um acto simbólico a fazer lembrar outras inaugurações feitas por outro Presidente antes do 25 de Abril. -----

----- Mas tudo isso era muito pouco para um período curto de início de mandato! -----

----- E a segunda informação escrita, que abrangia os meses de Dezembro e Janeiro, pouco mais acrescentava à anterior. Na nota que a precedia, e falava das notas porque era disso que fundamentalmente se tratava já que o resto era um amontoado de relatórios que, tal como o Deputado Municipal Miguel Coelho referiu, não tinham qualquer metodologia e poderiam ter interesse para os serviços internos da Câmara, mas não eram apropriados para apresentar aos Deputados Municipais. -----

----- Mas na nota que precedia essa informação, como vinha dizendo, constavam fundamentalmente iniciativas e acontecimentos que eram de mera gestão corrente do dia-a-dia da cidade capital do País, e a maioria, como já referira, nem sequer foi organizada pela Câmara, como eram os casos do Rali Lisboa-Dakar e da maior árvore de Natal da Europa, que, aliás, estavam repetidos nas duas informações. E depois também o Congresso da Associação Nacional dos Municípios, a cerimónia do Bolseiros da Fundação da Cidade de Lisboa, as comemorações dos 150 anos da Associação Naval de Lisboa e a abertura do Passadiço do Elevador de Santa Justa, tudo acções que não eram de iniciativa da Câmara. -----

----- É que de iniciativa da Câmara eram apenas duas! Uma reunião que juntara 50 instituições de solidariedade nacional, e outra que o Sr. Presidente da Câmara dizia, citou: “destaque de relevo, a comemoração dos 50 anos do fado ‘A Moda das Tranças Pretas’”. Que desejassem que o fado fosse reconhecido como património da humanidade, tudo bem, mas era no mínimo ridículo que o Sr. Presidente da Câmara considerasse que os 50 anos do fado “A Moda das Tranças Pretas”, concretamente isso, merecesse destaque de relevo na actividade da Câmara, quando, efectivamente, era um acontecimento normal da cidade. -----

----- Disse, depois, que estas duas informações só vinham confirmar que o actual Executivo não arrepiara caminho em relação ao anterior, seguindo-lhe as pisadas, porque, de facto, os grandes problemas, as questões verdadeiramente estruturantes da cidade, ao fim de quatro anos de mandato não foram resolvidas, como era o caso do PDM, aliás já foi referido pelo Deputado Municipal Miguel Coelho. De resto, na segunda informação, que tinha 245 páginas, ao PDM eram apenas reservadas sete linhas apesar desse documento estar quase pronto quando iniciaram funções. Ou seja, passados mais de quatro anos a aprovação do PDM ficava adiada e sem fim à vista. -----

----- Entretanto, a Câmara pretendia patrocinar as escandalosas e especulativas operações imobiliárias do Vale de Santo António e o projecto Alcântara XXI, sem que os planos de pormenor estivessem aprovados. Esperavam que o estivessem em breve! --

----- Portanto, como se via, a resolução dos problemas de Lisboa ficava para as calendas, como era o caso da habitação degradada dos bairros da Liberdade, Boavista e Padre Cruz, que continuavam a ser verdadeiras chagas sociais. -----

----- As informações escritas também nada referiam quanto ao programa EPUL-Jovem. O Sr. Presidente falara do interesse da Câmara em trazer jovens para Lisboa, e, no entanto, o atraso era escandaloso nesse programa, para além de provocar situações dramáticas a muitos jovens que confiaram na Câmara. Aliás, esse assunto até foi objecto de uma Moção na primeira reunião desta Sessão e tem sido objecto de largas referências nos jornais. -----

----- Concretamente, no caso do empreendimento do Martim Moniz, as casas só seriam entregues aos compradores cinco anos depois do previsto, porquanto vendidas em 2001 as habitações ainda nem sequer começaram a ser construídas, o que era realmente um escândalo. E o mesmo acontecia relativamente à construção do Paço do Lumiar, cuja conclusão estava prevista para 2005 mas ainda nem sequer arrancou e não se previa ainda quando tal pudesse acontecer. -----

----- Portanto, agradecia que o Sr. Presidente da Câmara desse esclarecimentos sobre essa matéria. -----

----- Outra questão importante era o Regulamento de Cargas e Descargas, aprovado pela Assembleia Municipal em Julho de 2004. Nessa altura houve grande discussão sobre a matéria, ela desceu à Comissão, inicialmente foi adiada, mas havia grande urgência da Câmara em aprovar esse Regulamento, e depois foi aprovado para ser aplicado numa zona da cidade a título experimental e que passado seis meses voltaria à Assembleia para ser revisto. Mas passado todo esse tempo tudo indicava que a Câmara falhara, porque sendo o Regulamento de Cargas e Descargas fundamental para a mobilidade em Lisboa ele já deveria estar a ser aplicado. -----

----- No entanto, as duas informações escritas apenas referiam, citou: “continua a missão de atribuição das credenciais para aplicação do Regulamento de Cargas e Descargas”. Todo este tempo para isso! E até quando? -----

----- Por outro lado, no domínio da cultura, as informações confirmavam que o Teatro Maria Matos e o Cinema São Jorge continuavam encerrados há longo tempo, e essas salas encerradas representavam uma perda para a cidade. O Sr. Presidente da Câmara anunciara, há momentos, que o Cinema São Jorge ia abrir em breve, não era sem tempo e mais valia tarde que nunca, mas realmente tanto tempo encerrado não se percebia. ----

----- Foi também uma perda irreparável a demolição da Casa Garrett, como também poderia vir a ser a do Cinema Europa, porquanto eram atentados de lesa-cultura aos quais o Sr. Presidente da Câmara ficaria tristemente ligado. -----

----- Disse, ainda, que tiveram hoje conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara recebera uma carta de cerca de duas dezenas de funcionários do Departamento de Desporto que foram dispensados desse Departamento, e também que houve uma rescisão com nove trabalhadores que exerciam tarefas técnicas, há cerca de três semanas. Quando se sabia que havia piscinas que estavam encerradas porque não havia trabalhadores para que elas pudessem funcionar, perguntava o que teria acontecido em

relação a essa questão. Possivelmente haveria uma razão, mas seria bom que o Sr. Presidente da Câmara a esclarecesse. -----

----- Por fim, disse que as informações escritas, da forma que estavam apresentadas, confirmavam que a Câmara tinha começado mal, e mal seria para Lisboa se assim continuasse e não fosse imprimido novo rumo emendando a estratégia adoptada no mandato anterior. Porque foram três meses em que a Câmara continuara paralisada fazendo apenas a gestão corrente, acometida da doença do sono: três meses de marasmo, diria mesmo de retrocesso para o desenvolvimento de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que sobre a intervenção escrita do Sr. Presidente da Câmara, o BE, nesta sua primeira intervenção, começava por sugerir que para quebrar um pouco a sonolência com que a Assembleia Municipal normalmente abordava este ponto da Ordem de Trabalhos, talvez fosse útil que o Sr. Presidente da Câmara, e a sua equipa, alterassem um pouco o estilo de informação que era o “pastel” que normalmente lhes era apresentado de dois em dois meses. Talvez fosse bom seguir, por exemplo, o modelo que era seguido na Assembleia da República, fazendo com que a Vereação, de dois em dois meses, evidenciasse perante a Assembleia quais os pontos políticos da sua governação que gostaria de ver discutidos pelo Plenário, limitando a reflexão sobre os pontos políticos essenciais para a governação da Cidade de Lisboa. -----

----- Esta era uma sugestão do BE que gostariam que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores ponderassem para o futuro. -----

----- Mas como parecia que as moções que apresentavam caíam normalmente em saco roto, tinham que se limitar a fazer a crítica daquilo que lhes era proposto. E não podiam deixar de reclamar contra a atitude que o Sr. Presidente da Câmara tinha relativamente à avaliação que fazia das suas promessas eleitorais e daquilo que foi a acção da Câmara nos quatro meses de governo, para cumprimento ou incumprimento, na maior parte dos casos incumprimento, daquilo que foram as promessas eleitorais. -----

----- Mas para além do incumprimento, aquilo que os incomodava, e incomodava com certeza os lisboetas, era o silêncio com que o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores abordavam as suas obras emblemáticas que constituíram as grandes propostas na campanha eleitoral. -----

----- E o silêncio começava por ser relativamente à obra emblemática do Sr. Presidente da Câmara, o Túnel do Marquês. É que nem uma palavra sobre o Túnel do Marquês nestes meses de actividade da Câmara! O que se passava? Quando era que o Túnel do Marquês iria estar pronto? Quando iriam ser feitas as obras do túnel do Metro? Quem pagava as obras do túnel do Metro? Qual era o envolvimento da Câmara relativamente a tudo aquilo que dizia respeito à envolvente de obra que estava implantada na Praça do Marquês de Pombal e nas ruas adjacentes? Quanto custaram à cidade os seis meses de atraso que já levava a obra? -----

----- Dava uma ajuda! Se fizessem as contas apenas em relação ao custo do congestionamento de tráfego nesses seis meses de atraso da obra, podiam contabilizar isso, por alto, qualquer coisa como 750.000 euros. E quantos mais 750.000 euros teriam

que multiplicar apenas em termos de custos de congestionamento de tráfego essa obra do Túnel do Marquês no futuro? -----

----- E quanto custava para os comerciantes de todas as actividades económicas que estavam à volta da obra e para a cidade o atraso sistemático, e sobretudo o silêncio ensurdecedor que a Câmara Municipal tinha em relação a essa obra? -----

----- Disse, depois, que não podia deixar de reclamar também o silêncio da Câmara Municipal em relação às escolhas políticas mais importantes em cada um dos Pelouros da sua actividade. -----

----- Por exemplo, no Pelouro da Mobilidade, o que era que a informação escrita dizia em relação a ele? Zero! A única coisa que dizia era que foram colocados uma série de sinais de trânsito, foram feitas umas obras de pormenor à superfície de um ou de outro arruamento, mas do ponto de vista do que era essencial dos problemas que a cidade vivera nesse período, nomeadamente os atropelamentos mortais na Av. 24 de Julho, nada dizia. A única coisa que dizia era que puseram na Av. 24 de Julho dois painéis grandes em que se alertava que era uma zona de acidentes! O que era que isso adiantava ou atrasava em relação ao risco de acidentes? Zero! -----

----- Não se transformou, por exemplo, e isso podia ser feito em quatro meses, essa zona de acidentes numa zona zebrada, semelhante àquela que tinha a sede da Caixa Geral de Depósitos, na Av. João XXI, com passadeiras de atravessamento permanentemente iluminadas para sinalizar a prioridade no atravessamento dos peões naquela parte da Av. 24 de Julho. Mas sobre isso a Câmara não fizera nada. Assobiara para o ar, como era seu timbre, e como era timbre também do tom com que o Sr. Presidente apresentava as suas informações escritas. -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Presidente da Câmara e à sua equipa um bocadinho mais de activismo, um bocadinho mais de nervosismo na reacção aos problemas que a cidade pulsava todos os dias, aquilo que os cidadãos sentiam no seu dia-a-dia. Se o Sr. Presidente, em vez de se deter no acessório passasse a deter-se no essencial, talvez isso ajudasse a Presidência e a Vereação da Câmara a ficar mais atenta aos problemas. -----

----- E, a talho de foice, alertava o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação para que não seguissem as recomendações que o representante do PSD ali fizera na sua intervenção, em matéria de mobilidade, porque, entre outras coisas que se dispensava de classificar, reclamava a construção de um desnivelamento entre a Av. Gago Coutinho e a Av. Estados Unidos da América. O Sr. Presidente da Câmara e a Vereação sabiam perfeitamente quão polémica era essa solução, sobretudo para os residentes dessa zona da cidade, e se a Câmara queria reabrir a guerra com os residentes para a construção desse desnivelamento, que dissessem isso com antecedência para que os residentes tivessem tempo para manifestar a sua justa indignação em relação a essa solução absolutamente absurda. -----

----- Aliás, se a Sra. Vereadora Marina Ferreira fosse lá via perfeitamente que se tratava de um cruzamento que não tinha congestionamentos de tráfego, sobretudo no sentido em que se pretendia fazer o desnivelamento, isto é, no sentido da Av. Estados Unidos da América. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para um protesto, disse que protestava pelo facto do Deputado Municipal Heitor de Sousa não ter estado com atenção, não à sua intervenção mas ao que se passava na Assembleia, porque aquilo que realmente disse foi que entre outras coisas que poderiam ter sido nomeadas como sendo realizações que o actual Executivo municipal fez em quatro meses, e citava-se: “e por que não no desnivelamento da Av. Infante D. Henrique com a Av. Marechal Gomes da Costa e na abertura do túnel do Rego?”. -----

----- Foram essas as duas realizações a que se referira porque foram feitas nesses quatro meses, e não falara, em circunstância alguma, em nenhum desnivelamento da Av. Gago Coutinho com a Av. Estados Unidos da América, porque essa questão conhecia-a bem e esteve na primeira linha a combater o Dr. João Soares na altura desse projecto. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, em contraprotesto, depois de agradecer a rectificação, lembrou que a obra de desnivelamento da Av. Infante D. Henrique com a Av. Marechal Gomes da Costa, foi inaugurada na véspera das eleições autárquicas, pelo que não foi obra do actual Executivo. -----

-----Portanto, era verdade que tinha “atirado ao lado” na referência que fez ao viaduto, mas o Deputado Municipal Saldanha Serra também tinha que reconhecer que tentara colher louros para este Executivo que não eram seus. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que sobre a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, o PEV, em primeiro lugar, observava, com pena, não terem ainda sido contempladas algumas das propostas que apresentaram e foram aprovadas pela Assembleia, designadamente a recolha selectiva de jornais nos transportes públicos, ou o plano de erradicação de barreiras arquitectónicas e urbanísticas no espaço público, ou, ainda, a implementação do sistema de controlo de velocidade. -----

----- Depois, quanto ao conteúdo da informação escrita relativa ao mês de Novembro, para além da parcial remodelação da iluminação pública, designadamente a da Baixa Pombalina, ou da manutenção da já existente, não deparavam com novos projectos de melhoria da iluminação em zonas problemáticas da cidade. De facto, existiam vias em que a totalidade dos candeeiros se encontrava, há meses, permanentemente desligada, como era o caso, por exemplo, de nove candeeiros na Azinhaga dos Ulmeiros, onde se localizava o Hospital da Força Aérea, o hipermercado Feira Nova, o Templo Radha Krishna, e outras vias onde nunca existira uma única fonte de iluminação pública, como era o caso da Rua Frei São Bento Menin, ou do Impasse à Prof. Simões Raposo. -----

----- Também a nível da poluição sonora, nada constava sobre projectos de construção de barreiras absorventes de ruído, ou a implantação de vegetação arbórea para zonas tão sensíveis como a Av. Padre Cruz ou os taludes do Eixo Norte/Sul. -----

----- No âmbito das acessibilidades, disse que Lisboa ficara fora da rede nacional de cidade e vilas com mobilidade para todos, um projecto da Associação Portuguesa de Planeadores do Território, cujo objectivo era o da abolição das barreiras arquitectónicas. Essa rede trabalhava nas zonas centrais das cidades e apresentava depois o diagnóstico às autarquias, onde constavam orientações para que essas áreas se tornassem acessíveis para os cidadãos com mobilidade reduzida. Essa rede integrava já

cerca de 70 municípios, tinha sempre presente os problemas de mobilidade com que Lisboa se deparava, pelo que não compreendiam os motivos que levaram a que a Cidade de Lisboa ficasse excluída dessa rede. -----

----- Portanto, desejavam que fossem explicadas quais as razões da não adesão e se o Executivo não ponderava rever a sua posição relativamente a esse assunto. -----

----- Por outras palavras, lamentavam não ver nada na informação escrita sobre o desenvolvimento ou concretização das propostas que anteriormente foram pelo PEV apresentadas e aprovadas pela Assembleia Municipal. -----

----- E quanto a aspectos mais concretos contidos na informação escrita, o PEV solicitava esclarecimentos, na área do desporto, designadamente: -----

----- Qual o ponto da situação do projecto apresentado para o Centro Hípico do Campo Grande, sua eventual deslocalização e libertação do espaço para expansão da Cidade Universitária; -----

----- Se já foi elaborado algum projecto tendo em vista a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes; -----

----- O que atrasava a abertura das novas piscinas municipais pré-inauguradas há vários meses. Imaginavam que não seria por falta de pessoal considerando que existia uma lista no Departamento de Desporto para dispensa de funcionários. -----

----- Por fim, solicitou um esclarecimento sintético sobre as seguintes quatro questões que, segundo disse, há muito estavam pendentes: -----

----- 1 – Há cerca de três anos desabara o telhado e todo o interior do edifício pombalino situado na esquina da Rua da Madalena, n.ºs 33 a 39, com a Rua do Comércio, n.ºs 1 a 13. Seria que o prédio iria continuar entaipado e sem obras durante a candidatura da Baixa Pombalina a património da UNESCO? -----

----- 2 – Em Julho de 2005, os moradores requereram pela “Linha do Município”, da Câmara, a reparação dos equipamentos danificados no parque infantil da Av. Estados Unidos da América, em frente dos n.ºs 20, 22 e 24. Para quando a sua solução? -----

----- 3 – Que destino estava previsto para o emparedado edifício do antigo convento contíguo à Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu? -----

----- 4 – Para quando a conclusão do projectado jardim para o lado nascente da Quinta de Santana, situada na Estrada de Telheiras. -----

----- **A Deputada Municipal Sofia Dias (PS)**, no uso da palavra, disse que no dia em que regressava à comunicação social a hipótese do IPO – Centro Regional de Lisboa, ser deslocalizado e construído noutra sítio, vinha o Sr. Presidente da Câmara dizer na Assembleia Municipal que estava em conversações com o Ministério da Saúde e a envidar todos os esforços para que o IPO permanecesse em Lisboa. -----

----- Ora, o que se esperava do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa era que manifestasse ao Governo, inequivocamente, a vontade de que o IPO permanecesse em Lisboa. Aliás, lembrava ao Sr. Presidente da Câmara que o IPO era um centro de referência de tratamento de doença oncológica desde há 80 anos, em Lisboa, e os centros de referência eram localizados em centros urbanos como era a capital de um país. -----

----- Portanto, como já ouvira o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oeiras manifestar na rádio a vontade de que o IPO fosse para o seu concelho, esperava que daqui a algum tempo não estivessem ali outra vez a ouvir o Sr. Presidente dizer que não obstante todos os esforços o IPO foi para outro sítio. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que a colecção das informações escritas dos Srs. Presidentes da Câmara constituía um valioso contributo para a história recente da cidade. Nem todas alcançavam a qualidade de conteúdo e até de recorte literário das que foram assinadas pelo Presidente Jorge Sampaio, mas todas elas representavam um diagnóstico do estado da cidade no período a que se referiam. Até mesmo quando, e era esse o caso hoje presente, fossem o simples elencar das tarefas a que os serviços se dedicavam nesse período. -----

----- Cabia à Assembleia extrair o conteúdo político dessas acções. Podia dizer-se, em abono da verdade, que a exposição oral do Sr. Presidente da Câmara trouxera um pouco de humanidade ao calhamaço que lhes foi dirigido. -----

----- Lida com todo o interesse que exigia a informação escrita de Dezembro de 2005, complementada com a de Fevereiro de 2006, detinha-se sobre o Capítulo I – Urbanismo, e em especial na página 7 da primeira, onde se referia que neste momento ocupavam os serviços e decorriam estudos para 16 operações de loteamento no conjunto da cidade. Em relação a todos os outros instrumentos de planeamento de escala semelhante, existia na informação referência ao acompanhamento de um plano de pormenor já aprovado pela Assembleia – página 4 – e nada mais. E na informação de Fevereiro, havia referência à elaboração de 14 loteamentos – página 128 – e de 11 planos de pormenor e um projecto urbano. Ou seja, no cômputo geral ganhavam os loteamentos aos planos de pormenor por 30 a 12. -----

----- Sobre a revisão do PDM pouco mais que uma dúzia de linhas, e era aí que residia a filosofia do desenvolvimento da cidade. -----

----- A imagem que esse quadro lhes apresentava era, segundo disse, de uma cidade borbulhante, mais realisticamente, talvez, de um território minado que de quando em quando explodia aqui e ali. Curiosamente com mais frequência em áreas tidas como estabilizadas pelo PDM, e nem sempre, talvez nunca, era o interesse público que provocava essa deflagração. -----

----- Era evidente o predomínio que a figura do loteamento tinha em relação a todas as outras, o que poderia ser fundamento para ajuizar de uma situação e de persistência de uma política. É que na hierarquia desses instrumentos, o loteamento seria o mais grosseiro pois visava quase exclusivamente a divisão da propriedade e uma distribuição abstracta de edificabilidade, e estava confinado sempre aos limites que o cadastro impunha. Enquanto isso, o plano de pormenor chegava a uma definição da imagem da cidade com o rigor que os actuais métodos de projecto permitiam, e permitia antever a cidade com realismo. Libertava-se da fragmentação fundiária, ganhava limites geográficos que lhe eram próprios, fundamentava a perequação e a distribuição equitativa de mais-valias. -----

----- Que se comparassem as diferenças entre Benfica, onde predominara o loteamento como instrumento quase exclusivo de fazer a cidade, e Alvalade, os Olivais e a Parque-

Expo em cuja génese estavam planos de pormenor. De um lado estava o caos, a cidade segmentada e a agressividade, enquanto que do outro estava a harmonia, o equilíbrio e o conforto possível. -----

----- Por isso, fazia um apelo ao Executivo, especialmente ao Sr. Presidente e à Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro do Urbanismo, para que essa situação fosse analisada e eventualmente revista para bem do futuro da cidade, porque a revisão do PDM prosseguia em zona de cinzentismo. -----

----- Por fim, disse que no preâmbulo da informação de Dezembro de 2005 dizia-se que ia surgir uma nova etapa de desenvolvimento da cidade. Pois que ela comesse por um planeamento ajustado e uma gestão clara, eficaz e participativa. Não os tranquilizava a referência que havia na informação de que alguns desses loteamentos eram elaborados em concertação com os proprietários privados envolvidos, pois não havia referência, paralelamente, à concertação com as Juntas de Freguesia ou com formas associativas da população. E sabiam que nem sempre era saudável para a cidade a promiscuidade com aqueles que, muitas vezes, não procuravam mais do que lucros exorbitantes com a transformação da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que as informações que estavam a analisar mostravam que a política lançada para a cidade seguia as indicações do ponto n.º 137 do programa eleitoral, que dizia, citou: “Iniciar os procedimentos e montar o modelo de financiamento para construção de 5.000 fogos para arrendamento, destinados a jovens casais, a custos controlados”. E a seguir dizia-se o mais importante, que explicava o que entretanto se tinha passado: “Estes fogos serão construídos em terrenos municipais existentes no Vale de Santo António, na Freguesia de Marvila e na coroa noroeste da cidade, também designada por Parque Periférico”. -----

----- Depois, analisavam os documentos e viam que estavam com 13 loteamentos, projectos de realização de futuros loteamentos mais 8, planos de pormenor alguns, pareceres sobre viabilidade urbanística de prédios municipais, propostas urbanísticas para prédios municipais ao nível do desenho urbano, edificabilidade, número de pisos e viabilidade económica, e aferição das áreas expectantes e vazias de toda a cidade. -----

----- Portanto, tinham aí uma orientação daquilo que eram as políticas urbanísticas. -----

----- Por outro lado, viam que a palavra “meia-encosta” aparecia mais de meia dúzia de vezes na informação, e como pormenor viam que a via da meia-encosta estava a ser desenhada em vários Departamentos, com todo o pormenor possível, mas que se desenganassem aqueles que pensavam que ela seria implantada com a facilidade que esperavam. Aliás, na primeira tentativa os moradores venceram. -----

----- Mas, contrastando com isso, poderiam ver que se em relação ao Túnel do Marquês e outras matérias a informação nada referia, havia outros que referia com pormenor, e passava a ler porque achava que valia a pena. Na informação de Fevereiro, a páginas 230, em relação à Quinta Pedagógica dos Olivais, dizia-se: “As crianças foram convidadas a confeccionar o pão, e durante a descoberta da horta identificaram os vários tipos de legumes, no pomar identificaram as árvores. Na descoberta dos restantes espaços e animais da quinta, aprenderam sobre a origem do leite, dos ovos, do mel e do

azeite.” E também muito importante era a informação a seguir: “A actividade terminou com a distribuição de pão quentinho”. -----

----- E depois continuava: “Neste período dedicado à gastronomia natalícia foi confeccionado o pão com passas e bolinhos do Natal enfeitados com frutas cristalizadas. No caminho da entrada da quinta existe um abeto que foi enfeitado com bolas douradas e uma estrela de madeira, passando a ser a árvore de Natal. O presépio, anteriormente realizado em papel reciclado pelos visitantes, foi montado no corredor, em frente da biblioteca”. -----

----- Era relevante! Meia página! Pelos vistos bem mais que o corredor verde entre Monsanto e o Alto do Parque, que na cabimentação para os quatro anos tinha três mil contos, e que, portanto, ficaria mais uma vez na gaveta após 30 anos de projectos pagos pela Câmara. -----

----- Terminou dizendo que nas duas informações escritas também nada se falava sobre o que se estava a fazer em Chelas, o Vale de Chelas foi completamente destruído e nada se dizia. E porque sobre essa matéria já pediram informações à Câmara que não conseguiram obter, iam optar pela via da Sra. Presidente da Assembleia Municipal entregando-lhe as fotografias do Vale de Chelas para se perceber, uma vez que ninguém sabia quem foi que fez isso, como se destruíra um vale em Lisboa, de estrutura ecológica. Mas ficava confiante que iam ficar a saber em breve. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que no final de 2004 os líderes do Grupos Municipais tiveram uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara e com o Sr. Secretário da UCCLA, e nessa reunião, que decorrera nos Paços do Concelho, o Sr. Presidente da Câmara, que achara muito interessante a reunião, considerara que era de vital importância envolver a Assembleia Municipal na política da cidade no âmbito da UCCLA, inclusivamente até entendera que os Deputados Municipais deveriam ter *dossiers* sobre o trabalho do Município em termos da UCCLA. -----

----- Sobre essa matéria, desejava perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se entendia que era este o meio adequado pelo qual a Assembleia seria informada, isto é, com umas breves considerações na informação escrita, e se era este o meio de informação e de envolvimento da Assembleia Municipal a que o Sr. Presidente se referia nessa tal reunião que decorrera no edifício dos Paços do Concelho. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que havia algumas questões que deveriam ser pontuadas, depois das intervenções que ali ouviram. -----

----- Desde logo era notório que a oposição tivesse que se refugiar no formato dos *dossiers* de prestação de contas e de informação trimestral, para suscitar questões que contrariassem o trabalho e a actividade da Câmara. É que pelo menos há dois mandatos, pelo menos desde o tempo em que o Dr. João Soares foi Presidente da Câmara, que o formato da informação escrita era precisamente igual ao que agora estavam a apreciar. Era exactamente o mesmo “pastel”, o mesmo “calhamaço”, e nunca ouviu ali os Deputados Municipais que hoje usaram esses termos colocar em causa a forma como até hoje essa informação era prestada. -----

----- Portanto, registava! E registava porque, efectivamente, seriam todos capazes de admitir, até a começar pela própria Câmara, que havia que agilizar e se calhar diminuir o tamanho da informação. Agora, não tinha muitas dúvidas que se a Câmara, por sua iniciativa, tivesse feito aquilo que ali foi proposto agora por alguns Deputados Municipais, seria por eles mesmos acusada de estar a sonegar informação. -----

----- Por isso, ainda bem que houve essa iniciativa da parte da oposição, porque a partir de agora a Câmara sabia que a informação que tinha a prestar não era sobre aquilo que era o trabalho diário e permanente dos serviços, que também era actividade camarária e sem dúvida a mais importante para o dia-a-dia dos munícipes. Enfim, aquela que vinha no tal “pastel” e no tal “calhamaço”. Mas os Deputados Municipais não queriam isso, achavam que era excessivo, só queriam aquilo que era estruturante, e com isso só demonstravam que optavam pelo *show-off* em detrimento do trabalho permanente e continuado dos serviços. -----

----- O PSD registava, e a Câmara agora poderia decidir plenamente sobre o tipo de informação que ali teria que prestar. -----

----- Disse, depois, que houve ali um conjunto de afirmações sobre aquilo que não era iniciativa da Câmara, nomeadamente referindo-se a entrega dos prémios MTV e do Rali Lisboa-Dakar. Mas o que era facto é que se não fossem as condições que o actual e o anterior Executivo municipal criaram de atractividade da Cidade de Lisboa nos circuitos internacionais para receber esses eventos, eles não viriam seguramente para Portugal, porque, infelizmente, não eram só as indústrias que se deslocalizavam, eram também os eventos de dimensão internacional. -----

----- Portanto, sobre essa matéria, desejava também deixar uma nota no sentido de que houve uma intervenção fundamental na Câmara para captar esses eventos para Lisboa.--

----- Depois, não podia também deixar passar em claro aquilo que foi dito pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa quanto à Av. 24 de Julho. Naturalmente não se pretendia substituir ao Sr. Presidente da Câmara, mas não era verdade que só se tivesse feito aquilo que ele ali disse e não se tivesse feito mais nada. Mas isso o Sr. Presidente da Câmara esclareceria melhor. -----

----- Ainda sobre a intervenção do Deputado Municipal Heitor de Sousa, disse que ele fez ali as contas quanto ao Túnel do Marquês, pelo que já sabiam o que porventura poderia ser pedido de indemnização a quem, por força de expedientes jurisdicionais, atrasara, protelara, a continuação do túnel. Seguramente não foi nem seria a esta Câmara que seriam pedidas indemnizações pelo atraso dessa obra. Haveria outros, e o próprio BE já disse ali quais seriam os prejuízos que iria pedir. Se calhar era uma matéria que ficaria para ser resolvida em casa. -----

----- Sobre a deslocalização do IPO, matéria muito sensível que foi ali colocada pela Deputada Municipal Sofia Dias, do PS, disse que era importante talvez, deixava essa sugestão porque o Governo neste momento era do PS, que na próxima reunião da Assembleia o PS apresentasse uma Moção no sentido de evitar essa deslocalização, porque o PSD, seguramente, a votaria favoravelmente. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que foram o BE e o Vereador José Sá Fernandes ali acusados de serem

responsáveis pela paralisação das obras do Túnel do Marquês, e usava esta figura regimental porque, de facto, a decisão de suspensão dos trabalhos foi tomada por tribunais e achava muito estranho que isso fosse levantado agora porque ele próprio teve ocasião de comprovar, em reunião efectuada com a Direcção do LNEC, que o projecto que estava em execução foi profundamente alterado em múltiplos aspectos e sabiam que só há muito pouco tempo é que houve um projecto aprovado para a zona de adjacência da linha do Metro. -----

----- Portanto, diria que felizmente para a cidade houve necessidade e ocasião de rever profundamente o projecto que estava em execução. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que ouviu com agrado esta primeira ronda de intervenções, que lhe pareceram, diria, intervenções de princípio de mandato. Que pouco se fez nos quatro primeiros meses de mandato, que os volumes apresentados eram uns calhamaços que mostravam muito trabalho dos serviços e pouco de comunicação do Presidente. Mas diria que mal estariam se em vez das 7 páginas do resumo do Presidente e 240 páginas do trabalho dos serviços da Câmara, fossem 240 páginas do resumo do Presidente e 7 páginas do trabalho da Câmara Municipal. -----

----- Disse que estas informações, tal como já ali foi dito, foram feitas na sua fórmula habitual de apresentação do trabalho da Câmara, dos seus serviços, das suas chefias e, obviamente, dos Vereadores e do Presidente. Queriam mostrar, mais do que as iniciativas pessoais, políticas, ou de gestão do Presidente, tudo aquilo que era feito na Câmara. Não tinha, tal como a sua equipa de Vereadores, um sentimento patrimonial sobre o que se fazia na Câmara, porque o que se fazia na Câmara era feito pelos seus trabalhadores, pelas empresas municipais, sob a responsabilidade do Executivo. Era pela responsabilidade dessa orientação que tinham que responder. -----

----- Quando se falava ali numa cidade sem alma em que nada se fez, compreendia um pouco se calhar o desconforto de críticas que iam nesse sentido, mas quem os conhecia, e quem o conhecia em particular, sabia que não era adepto de outra política que não fosse uma política eficaz mas discreta. Não tinha jeito nem era capaz, como já disse várias vezes, de fazer *show-off*, de fazer grandes foguetórios à volta do que quer que fosse. Levantaria a voz sempre que fosse preciso para defender a Cidade de Lisboa e os seus cidadãos, mas não levantaria a voz em favor próprio por coisas inconsequentes ou irrelevantes. -----

----- Referiu que sobre algumas das coisas que foram ali faladas não se iria debruçar porque não diziam respeito ao período em análise, mas nesse período algumas coisas foram feitas e se calhar não foram referidas. -----

----- Por exemplo, quando se falava no trânsito, na mobilidade, dizia-se que nada foi feito, que estava tudo na mesma! Bom, parecia que os carros estavam parados na rua! Mas depois, adiante, falava-se que se referia várias vezes a via da meia-encosta, o desnivelamento da Av. Marechal Gomes da Costa ou o túnel do Rego, e de facto muita coisa estava a ser feita, inclusive na Av. 24 de Julho, como já todos puderam constatar, com a instalação de novos semáforos e nova sinalização horizontal, que, aliás, já

recebera vários elogios de diversos quadrantes em relação aos efeitos que já teve no controlo da velocidade e na defesa da segurança dos peões naquela zona. -----

----- Mas foram também ali chamadas coisas de que todos gostavam sempre de falar, como por exemplo o Túnel do Marquês. Não aligeirava as suas responsabilidades mas nunca iria ser, pessoalmente, o detentor do que quer que fosse do património da Câmara, fosse o Túnel do Marquês, fosse outra obra qualquer. Assumia as suas responsabilidades e estava convencido da bondade da solução. Pena era que muitos dos Deputados Municipais não tivessem tido oportunidade de ver o que ele viu há pouco tempo, uma obra de grande envergadura na cidade de Madrid, por curiosidade na Av. Portugal, onde estava a decorrer uma obra de soterramento, como eles lá chamavam, em 6 km, e todo um conjunto muito alargado de residentes, fora da zona de intervenção, clamavam junto do Alcaide de Madrid que também queriam túnel, que também queriam gente, que também queriam qualidade de vida. -----

----- Sabia que o Túnel do Marquês era uma matéria que foi sobejamente discutida no mandato anterior, sobejamente discutida durante a campanha eleitoral, era uma obra que estava a decorrer com tranquilidade, normalmente, estaria pronta quando estivesse, não havia pressa, mas não esqueciam, efectivamente, aquilo que esteve por trás dos seus atrasos. Não valia a pena confundir ali as coisas. -----

----- A obra do Túnel do Marquês ia servir a Cidade de Lisboa, podiam orgulhar-se de até hoje não ter tido absolutamente nenhum problema de construção que tivesse significado algum risco de pessoas ou de acidentes. Portanto as contingências eram conhecidas, não iria entrar ali em pequena discussão. Agora, registava o facto de se ter avançado um número de custos devido ao congestionamento, avaliados em 750.000 euros, um número de que, de qualquer modo, se lembraria mais tarde. -----

----- Relativamente ao PDM, disse que, de facto, ele já deveria estar pronto há muito tempo, há mais tempo até de que o prazo regulamentar o previa, porquanto sabiam, e tinham experiência disso no corpo, os resultados de um mau PDM que em muitos aspectos o PDM que tinham era de facto. Mas fizeram já muito trabalho para o PDM, inclusive – e os Presidente de Junta sabiam disso bem – contactaram uma a uma as Juntas de Freguesia justamente para fazer o levantamento das preocupações que as Juntas também sentiam na revisão do PDM. Fizeram trabalhos sectoriais sobre a caracterização demográfica, sócio-económica, da mobilidade, têm vindo a trabalhar exaustivamente no Regulamento com várias reuniões com muitas entidades. Isso porventura não estava na informação escrita, mas todos sabiam, pelo menos as pessoas da Comissão de Urbanismo, os trabalhos que tinham vindo a ser desenvolvidos. -----

----- Em relação a algumas notas que foram adicionadas à informação sobre o Rali Lisboa-Dakar ou os MTV Awards, podia dizer-se que não eram iniciativa da Câmara como com certeza não eram. Mas a Câmara esteve presente, dera apoio, nalguns casos significativo, e teve uma participação determinante na realização dessas iniciativas. Aliás, falara-se na reabertura do passadiço do Elevador de Santa Justa, e podia garantir que se não fosse a persistência da Câmara ainda hoje não tinham ligação nenhuma feita. -----

----- Alertado pela Sra. Presidente de que estava já com o tempo esgotado, o Sr. Presidente da Câmara disse que ia abreviar, apenas pretendia referir que em relação a

muita obra que estava a ser feita neste momento não era razoável verter para a informação escrita aquilo que não era ainda materializado em termos concretos. Mas questões como o Cinema Europa, o Cinema Paris e tantos outros na área da cultura, ou na área da mobilidade e da habitação, obviamente que passadas que foram o lançamento das sementes nos primeiros quatro meses, nos próximos dois teriam muito mais. Não estavam muito preocupados com isso, tinham a convicção de que em princípio de mandato era isso que tinham que fazer: preparar a casa, estabelecer as linhas prioritárias e avançar com a revisão dos instrumentos fundamentais dos regulamentos, preparar o terreno para o muito que havia pela frente. -----

----- Obviamente, cientes das preocupações, comungavam com certeza dos problemas das zonas verdes, da iluminação, da segurança e de tudo aquilo que foi dito. No entanto, estavam abertos também com certeza, se e quando a Assembleia assim o quisesse, a modificar o formato da informação escrita, não seriam eles os conservadores a manter esse formato. Portanto, estariam totalmente abertos a rever o formato, como quisessem, aliás, fazer no passado, com grandes críticas por parte da Assembleia. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 7/2006 – APROVAR A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA FUNDAÇÃO ANTRAL PELO PERÍODO DE 50 (CINQUENTA) ANOS, SOBRE O PRÉDIO SITO NA RUA CORONEL PEREIRA DA SILVA, N.º 16 E RUA COMANDANTE FREITAS DA SILVA, N.ºS 3-3A, NA FREGUESIA DA AJUDA E DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, PELO PERÍODO DE 20 (VINTE) ANOS, SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO PRÓXIMA DA AVENIDA SANTO CONDESTÁVEL, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 7/2006 -----

----- “Considerando que a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), com sede no Concelho de Lisboa, constituiu uma Fundação – a Fundação Antral – que tem por escopo a prossecução de acções de carácter social, cultural e filantrópico, visando a valorização do sector de transportes rodoviários em automóveis ligeiros, bem como dos industriais (cerca de 7000 só na cidade de Lisboa), seus familiares e colaboradores que exerçam essa actividade; -----

----- Considerando que esta Fundação tem como principal escopo promover e desenvolver acções que visam a melhoria do bem-estar dos industriais, seus colaboradores e familiares, em particular, daqueles que se encontram numa situação de especial vulnerabilidade; -----

----- Considerando que na prossecução desta missão, a referida Fundação pretende construir a curto prazo um Centro de Dia, prestar serviços de apoio domiciliário e criar um ou mais Lares para Idosos, necessitando, para tal, gerar recursos que lhe permita desenvolver e sustentar tais projectos; -----

----- Considerando que para o reconhecimento da Fundação, pelas entidades competentes, é necessário demonstrar a suficiência dos bens a esta afectos para a prossecução dos objectivos que visa alcançar; -----

----- Considerando que como meio de transporte público, o táxi desempenha um papel importante na mobilidade da cidade de Lisboa, sendo a ANTRAL uma Associação representativa dos interesses dos industriais do sector, ao que acresce, agora com a criação da Fundação ANTRAL, uma entidade com fins de natureza sociais e filantrópicos, aos quais se torna forçoso reconhecer um inegável interesse público municipal; -----

----- Considerando que o Município de Lisboa possui um património imobiliário diverso que deve servir para prosseguir os seus fins, nomeadamente, o bem-estar dos munícipes; -----

----- Considerando que através da constituição de direitos de superfície é possível apoiar a missão assistencial que a Fundação ANTRAL se propõe prosseguir, nomeadamente, a construção do Centro de Dia e assegurar os meios necessários ao seu funcionamento; -----

----- Considerando que as preocupações ambientais do Município e o seu especial papel na divulgação e na promoção da utilização de novas energias alternativas, como por exemplo, o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), o Gás Natural, o Hidrogénio ou o Biodiesel; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Nos termos do artigo 64.º, n.º 4, b) e n.º 6, a) e do artigo 53.º, n.º 2 i) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que esta delibere: -----

----- 1 - Autorizar a constituição do direito de superfície a favor da Fundação Antral pelo período de 50 (cinquenta) anos, sobre o prédio sito na Rua Coronel Pereira da Silva, n.º 16 e Rua Comandante Freitas da Silva, n.ºs 3-3A, na freguesia da Ajuda (antigas instalações do Regimento de Sapadores de Bombeiros), com a área total de 315,60m², representado a tracejado azul na cópia da Planta DPI n.º 05/160/02, em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, destinado à construção de um Centro de Dia; -----

----- 2 – Autorizar a constituição do direito de superfície a favor da Fundação Antral pelo período de 20 (vinte) anos, sobre uma parcela de terreno próxima da Avenida Santo Condestável, com 3.535,00m² de área, melhor identificada no polígono tracejado na cópia da Planta DPI n.º 04/051/02, em anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, destinada à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, incluindo obrigatoriamente energias alternativas, como por exemplo o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), ficando desde já autorizada a sua exploração por terceiros pelo prazo máximo fixado para o direito de superfície. -----

----- 3 – Os referidos direitos de superfície serão constituídos no prazo de 90 (noventa) dias após o reconhecimento da referida Fundação pela entidade competente, nos termos do artigo 188.º do Código Civil. -----

----- Condições do acordo -----

----- I – A superficiária pagará, pelo direito de superfície sobre a parcela de terreno destinada à instalação do posto de abastecimento de combustíveis líquidos, uma renda anual de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), e, pelo direito de superfície sobre o prédio

destinado à construção de um centro de Dia, uma renda anual de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ambas actualizadas pela aplicação da taxa “r” igual à taxa de actualização anual dos arrendamento habitacionais, de acordo com a Deliberação n.º 543/CM/94, publicada no Boletim Municipal n.º 47, de 17 de Janeiro de 1995, que alterou a redacção do n.º 3 da Proposta n.º 96/92, publicada no Boletim Municipal n.º 16.353, de 13 de Abril de 1992; -----

----- II - Sob pena de extinção dos direitos de superfície, as obras do Centro de Dia e do posto de abastecimento de combustíveis líquidos deverão estar concluídas no prazo de dois anos, contados da data da escritura da sua constituição; -----

----- III – Expirado o prazo de duração do direito de superfície, o Município, através dos seus órgãos competentes, poderá reconhecer à Superficiária o direito de preferência em nova constituição do referido direito, se esta vier a ter lugar; -----

----- IV – Em tudo o mais serão aplicáveis a estes direitos de superfície a legislação que rege esta matéria. -----

----- (Processo Privativo n.º 150/DPI/05).” -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que intervinha sobre esta proposta porque ela, inicialmente, lhe causara algumas dúvidas e o obrigara a uma reflexão sobre a razoabilidade que a mesma apresentava, na medida em que se destinava a atribuir a uma entidade, a Fundação ANTRAL, um conjunto de bens municipais que eram relevantes, passe o interesse dessa Fundação e passe, também, o interesse verificado pela própria ANTRAL enquanto entidade empresarial. Reconhecia-se que, de facto, a ANTRAL e a sua Fundação perseguiram fins sociais relevantes, dirigidos a uma classe social que normalmente não era das mais favorecidas, e que o Município, dentro do possível, deveria tentar favorecer para que ela melhor pudesse responder às suas próprias actividades. -----

----- Havia o problema da segurança, que todos já conheciam, em relação ao taxistas, havia o problema da disponibilidade da própria frota de táxis em termos do serviço público que estavam a prestar, e tudo isso vinha sendo, pela parte da Câmara, mais ou menos conduzido de forma a favorecer essa actividade. -----

----- Aí punha-se o problema porquê uma Fundação da ANTRAL, porquê uma Fundação de industriais de táxi, já que além dos industriais de táxi havia também os próprios motoristas, que eram assalariados dos industriais. -----

----- Essa interrogação pôs-se-lhe, foi ver os estatutos da Fundação, e eles referiam que os benefícios que a própria Fundação podia atribuir se dirigiam não só aos sócios da ANTRAL como também aos seus familiares e colaboradores. Portanto, estava respondida uma primeira preocupação que tinha relativamente ao que era feito dos outros utilizadores dos táxis que, naturalmente não sendo sócios da ANTRAL, poderiam não ter acesso aos benefícios que a Fundação atribuía aos seus sócios. Portanto, todos estavam abrangidos. -----

----- Outro problema que se punha era relativamente à utilização da bomba de gasolina pelos próprios sócios da ANTRAL, pois, naturalmente, que os táxis consumiam combustível e se houvesse uma entidade que lhes pudesse fornecer esse combustível em condições mais favoráveis, se isso fosse assegurado naturalmente era um benefício

seguro e uma justificação também. Porque senão cabia perguntar porquê uma bomba de gasolina neste caso e não noutros de outras instituições sediadas em Lisboa que também perseguiram interesses sociais? -----

----- Uma das condições que gostaria de ver na proposta – e dirigia-se ao Sr. Presidente da Câmara – era que ficasse inquestionavelmente referenciado que as bombas de gasolina obrigatoriamente teriam combustível não poluente e a custos de tal maneira apetecíveis que isso seria uma forma orientadora para todos os industriais de táxi adoptarem esse combustível para as suas viaturas. Só isso já justificava a atribuição dessas bombas de gasolina, na medida em que se baixaria com certeza o índice de poluição já que eram muitos os táxis que circulavam na cidade. Até porque, como era sabido, muitas das artérias de Lisboa eram das mais poluídas das cidades da Europa em termos de CO2. -----

----- Outro aspecto que constava da proposta e que lhe suscitara algumas dúvidas – mas já tinha sido esclarecido – tinha a ver com o facto das bombas de gasolina poderem vir a ser exploradas por terceiros, pelo prazo fixado para o direito de superfície. Isso fazia-lhe lembrar os clubes desportivos, que tendo muitos deles recebido bombas de gasolina as alienaram imediatamente a terceiras entidades, auferindo, de uma vez só, quantias bastante avultadas para utilizarem da maneira que todos sabiam que eles utilizavam. ----

----- Essa autorização para terceiros disseram-lhe que se referia ao fornecedor do combustível, Galp, Repsol ou quem quer que fosse, mas seria conveniente que ficasse bem assente que seria a própria Fundação a entidade que explorava não só as bombas de gasolina, como também os espaços comerciais adjacentes. Também tinha sido informado que nesses espaços iria ser colocada uma central de compras para os próprios taxistas, mas, de qualquer maneira, era um espaço comercial que também não seria única e exclusivamente de serviço para os taxistas e, assim, naturalmente haveria também a possibilidade desses espaços comerciais poderem vir a ser utilizados por não taxistas. -----

----- Eram esses pequenos ajustes que desejava ver na proposta, que lhe parecia aceitável na medida em que se destinava a uma entidade que visava fins essencialmente sociais, e também pelo benefício que representava para a cidade uma menor poluição, por via do fornecimento do combustível não poluente ao taxistas a preços que justificassem a alteração das viaturas para a utilização desse mesmo combustível. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que, sobre a matéria em debate, o PS estava disponível para vir a trabalhar numa proposta, se assim fosse julgado relevante para a cidade e de interesse social, que pudesse corresponder às preocupações manifestadas por essa classe profissional, que respeitavam, mas que com muita franqueza lhe diziam também que consideravam que não estava toda representada nessa associação de industriais. Aliás, sobre essa mesma proposta, fizera-se chegar ao Grupo Municipal do PS, e presumia que também aos restantes Grupos, uma exposição de uma outra associação de profissionais do mesmo sector. -----

----- Portanto, o primeiro apelo que faziam ao Sr. Presidente da Câmara era que retirasse a proposta para que pudessem avaliar, com mais precisão, se esse problema

tinha o enquadramento global em termos de todos os intervenientes nessa profissão, porque, a não ser assim, a Câmara ia hipotecar, a longo prazo como ali foi dito, um conjunto de equipamentos e de bens públicos apenas para um sector que não abrangia todos os profissionais dessa área. -----

----- Aliás, a proposta, tal como estava apresentada – podia ser que não fosse, mas objectivamente era o julgamento que faziam – era apenas o pagamento de um apoio que foi prestado durante a campanha eleitoral, porque como se sabia a ANTRAL, durante a campanha eleitoral, pela voz do seu Presidente, enquanto Presidente da instituição, manifestara apoio ao Sr. Presidente da Câmara, participara até num almoço, aliás houve polémica nessa altura até directamente consigo, e muito estranhamente agora aparecia esta proposta. Aliás, ela já esteve na anterior Vereação pelo actual Presidente da Câmara que depois teve o bom-senso de a retirar porque estavam em plena campanha eleitoral, mas o PS não podia fazer outro juízo de valor senão o de que estavam ali agora a pagar um apoio eleitoral através de uma proposta em que a Câmara hipotecava bens municipais, durante largos anos, e nem sequer deixava contente e satisfeita toda a classe profissional. -----

----- Portanto, o PS propunha que a Câmara retirasse esta sua proposta e fizesse uma nova, também com a atribuição sob uma forma de Fundação, mas que não fosse exclusiva da ANTRAL. Teriam que discutir com todas as partes interessadas para que ela pudesse ser efectivamente representativa de toda a classe profissional. -----

----- Terminou dizendo que se o Sr. Presidente da Câmara entendesse manter esta proposta, desde já deixava claro que o PS votaria contra. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para um protesto, disse que pediu a palavra para um protesto e era um protesto indignado na medida em que viu ali o Deputado Municipal Miguel Coelho não insinuar mas afirmar que esta proposta da Câmara estava na base da compensação de um apoio eleitoral, o que era indigno da parte de alguém que estava na Assembleia Municipal de Lisboa e que tinha responsabilidades políticas, até se calhar mais que a maior parte dos elementos que ali estavam representados, e de alguém que conhecia perfeitamente a limpidez, a honradez e a dignidade dos membros da Câmara, nomeadamente do seu Presidente, do Sr. Vice-Presidente e neste caso da Sra. Vereadora Marina Ferreira. De facto, era inadmissível que se viesse ali dizer uma barbaridade dessas. -----

----- Podiam discutir a proposta, admitir que ela não tinha as condições ideais por esta ou aquela razão, mas não utilizar como argumento que ela era o pagamento de qualquer benefício de campanha eleitoral que eventualmente alguém tivesse feito. -----

----- Concluiu dizendo que não esperava isso do Deputado Municipal Miguel Coelho. Esperava que ele tivesse argumentos plausíveis, concretos, razoáveis, discutíveis como todos tinham, mas o tipo de afirmação que fez não podia deixar de o levar a lavrar este veemente protesto. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em contraprotesto, disse que usava a figura do contraprotesto mas não era propriamente um contraprotesto. Aliás, já tinha aprendido uma coisa: nunca protestava contra o Deputado Municipal Victor Gonçalves porque não valia a pena, e se calhar nem mesmo ele levaria a sério os seus protestos. ---

----- Disse, depois, que teve o cuidado de dizer que seguramente não era intenção do Sr. Presidente da Câmara o pagamento do favor eleitoral – o Deputado Municipal Victor Gonçalves estava distraído – mas que objectivamente a leitura que se poderia fazer era essa. Portanto, teve o cuidado de ressaltar a honra e a dignidade das pessoas, por quem tinha apreço, e tinha mesmo. Aliás, foi por isso que o Sr. Presidente da Câmara não protestara, o Deputado Municipal Victor Gonçalves é que não teve uma especial atenção, e a partir daí resolvera fazer algum *show-off*. -----

----- Mas fizera bem em fazê-lo porque lhe dava oportunidade para dizer que durante a campanha eleitoral saíra um comunicado da empresa ANTRAL a dar o apoio ao Sr. Presidente da Câmara e a mobilizar para um almoço. Perante esse comunicado, ele próprio, como responsável político do PS e candidato à Assembleia Municipal, reagiu dizendo que tomavam nota que a ANTRAL estava a dar apoio ao candidato Presidente da Câmara e que até havia um almoço, mas que achavam que isso era errado porque tendo o Presidente da ANTRAL, enquanto cidadão, todo o direito de apoiar quem entendesse, não deveria envolver nisso a empresa. De qualquer modo, registavam. -----

----- Essa sua declaração foi depois parcialmente contraprotestada pela parte visada, com o argumento de que não era bem assim, que apoiara individualmente e não enquanto empresa, portanto o almoço mantinha-se, mas era um facto que o comunicado existira. Estava nos registos, estava nos anais, estava arquivado! -----

----- E a verdade é que nessa mesma altura, por diferença de dias, a Câmara aparecera com esta proposta na Vereação. Houve um coro de protestos e nessa altura o Sr. Presidente em exercício, Prof. Carmona Rodrigues, retirou-a. E agora ela estava ali! ----

----- Portanto, o que estava a dizer era para o Sr. Presidente da Câmara ter cuidado porque a leitura que se fizera naquela altura continuava a fazer-se agora, até porque a proposta não era pacífica já que havia outros agentes profissionais do sector que não concordavam porque achavam que iam ficar discriminados, não obstante todas as eventuais garantias que o Deputado Municipal Victor Gonçalves encontrara ao ler os estatutos da Fundação. -----

----- Por conseguinte, fez duas propostas: a primeira, que o Sr. Presidente da Câmara retirasse a proposta em debate para apresentar uma que fosse plenamente satisfatória para todo o sector profissional, e então aí o PS com certeza votaria em consciência, provavelmente a favor se ela fosse mesmo satisfatória; e a segunda, que se não a retirasse votariam contra. -----

----- Portanto, disse a concluir, o protesto não tinha razão de ser, mas apesar de tudo ficava satisfeito por ter podido dar este esclarecimento. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que a proposta 7/2006, em apreciação, suscitara acesa discussão aquando da sua apreciação e votação em Sessão de Câmara. Várias questões então se levantaram, no entender do PCP muitas delas teriam ficado sem resposta e hoje parecia-lhes que aquele quadro não se alterara. Ao contrário do que acontecia com o Deputado Municipal Victor Gonçalves, para o PCP havia dúvidas que subsistiam e seria bom que a Assembleia Municipal as avaliasse, equacionando eventuais reflexos negativos que poderiam advir

da sua aprovação em bloco. Por isso, passava a levantar, com brevidade, questões que entendia serem merecedoras da atenção do Plenário. -----

----- Estaria ou não a Câmara a abrir um grave precedente ao contribuir, de forma clara, para a viabilização da Fundação de uma associação, designadamente cedendo-lhe o direito de uso de um espaço destinado à instalação de bombas de gasolina? -----

----- Quantas associações, no futuro, iriam recorrer da Câmara para o mesmo efeito? E que faria a Câmara nessas circunstâncias? -----

----- Por outro lado, ao aprovar esta proposta, estava ou não a Câmara a violar o princípio da igualdade de tratamento? É que era conhecida a intenção manifestada pela Federação de Táxis de instalar em Lisboa uma central de compras para servir, indiscriminadamente, todos os profissionais de táxi, independentemente da sua filiação associativa, e que para além de se constituir como estrutura destinada a reduzir os custos da actividade, iria também dedicar uma componente importante ao apoio social e de lazer desses profissionais. -----

----- E essa proposta da Federação de Táxis, aliás suportada por um estudo da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, dera entrada na Câmara muito antes da proposta que agora discutiam, nunca tendo merecido qualquer resposta. Seria que se ia repetir a bizarra situação de atribuição, no passado, dos GPSs à ANTRAL e que posteriormente o Ministério Público obrigara a alargar a outras entidades do sector? -----

----- Continuando, disse crer ser do conhecimento de todos que existia um elevado número de operadores do sector de táxis de Lisboa que não estavam representados na ANTRAL. Isso não obstava a que apreciassem, positivamente, o proposto no n.º 1 da deliberação aprovada na Câmara, que referia a cedência do direito de superfície para a construção de um centro-de-dia, retendo a informação de que o mesmo iria servir, no futuro, não só a outros profissionais não filiados na ANTRAL como ainda à própria população da freguesia. Mas o mesmo não acontecia relativamente aos restantes dois pontos dessa deliberação. -----

----- Por isso, e se não se avançassem com algumas das propostas, designadamente a referente à retirada da proposta 7/2006 por parte da Câmara, aquilo que o PCP desde já solicitava era que a sua votação se processasse ponto por ponto. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que, depois de aprovada em Sessão de Câmara, a proposta 7/2006 baixara para apreciação e votação na Assembleia Municipal, e nela o Sr. Presidente da Câmara propunha ceder à Fundação ANTRAL dois direitos de superfície: um para a construção de um centro-de-dia, e outro para um posto de abastecimento de combustíveis líquidos. -----

----- A Federação Portuguesa do Táxi e o Movimento por Lisboa, declararam que essa medida era unilateral, e por isso protestavam. Para o Movimento por Lisboa e para a Federação, a Fundação representava apenas 40% dos taxistas de Lisboa, e também para eles era insólito que a Câmara não cumprisse, por exemplo, a promessa, citou: “da instalação de casas de banho nas praças de táxis, obrigando os motoristas a encostarem-se aos postes como se fossem cães”. -----

----- Citou outro documento da Federação Portuguesa do Táxi, que dizia: “porque a Fundação ANTRAL não está devidamente regularizada e não lhe foram afectos

também quaisquer bens patrimoniais”. Era outro dos motivos do protesto! Depois, continuou a citar: “por ser uma medida total e absolutamente discriminatória perante todos os demais industriais de táxi da Cidade de Lisboa, que se não revêem na ANTRAL. Por outro lado, porque a autarquia reconhece e tem em seu poder um projecto pago pela Direcção-Geral dos Transportes Terrestres no valor de 17.000 contos, onde se considera a utilidade da criação de uma central de compras, onde, democraticamente, se incluíam todos os industriais da Cidade de Lisboa, com o objectivo de apoiar socialmente os industriais, quer ao nível da formação, lazer e apoio na velhice, e bem assim com a introdução de energias alternativas como o GPL e o gás natural. Ora, a Associação de Rádio Táxis de Lisboa chegou em tempos a fazer um pedido de cedência do direito de uso de um terreno, mas também, até à data, a autarquia nada respondeu. E perguntamos: porquê a cedência destes direitos de superfície a esta Fundação e não também o seu usufruto às outras que operam no espaço da Cidade de Lisboa? Será porque, em pré-campanha, Santana Lopes prometeu ceder um terreno em Chelas para a construção dessas infra-estruturas e desse espaço? (Revista ANTRAL, n.º 96, Setembro/Outubro, página 6)”. -----

----- Perguntou, a terminar, se se pretendia que o centro-de-dia e o posto de abastecimento de combustíveis fossem apenas de acesso restrito aos sócios da ANTRAL, ou se seriam também abertos aos outros profissionais do sector?-----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que se congratulavam com este desfecho da aspiração da ANTRAL, que já há muito tinha sido presente à Assembleia, mas faziam votos, contudo, para que aspirações semelhantes de associações congéneres viessem a ter também o mesmo final feliz. -----

----- Mas uma questão de tranquilização levava-o a pedir o uso da palavra, já que da análise do desenho que acompanhava a proposta, em que era assinalado o lote a ceder em regime de direito de superfície, via-se que ele aparecia isolado, sem nada à volta que o enquadrasse, e nada sabiam sobre o futuro do uso do solo circunvizinho, situação apreensiva pois se recorressem à memória lembravam-se que esse território já tinha sido previsto, no Plano De Groer, para uma ocupação industrial, habitação de carácter social, instalações para a polícia em substituição das instalações do Governo Civil e do paiol de explosivos que aí existia paredes meias com o Museu do Chiado, e também uma área para efectuar exames de condução, e, ainda, localização condigna da Feira do Relógio. -----

----- Disse que o pedido de informação que formulavam visava que pudessem ficar tranquilos ao ouvirem o Sr. Presidente da Câmara, ou a Sra. Vereadora, de que havia um plano para aquele território e que a Câmara não estava a ceder, a retalho, o seu património fundiário. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE estava contra a proposta em apreciação por três razões fundamentais: -----

----- Primeira, porque o princípio constitucional da igualdade de direitos era posto em causa, como, aliás, estava escrito na carta que a Federação Portuguesa de Táxis dirigira à Sra. Presidente da Assembleia Municipal e que foi distribuída aos Deputados Municipais. Aliás, não dava para entender que a Câmara tivesse mudado de critérios,

mesmo quando os critérios eram errados. Isto porque se lembrava de várias discussões ali havidas a propósito dos critérios de entregar bombas de gasolina ao Benfica e ao Sporting, em que mesmo estando contra que se entregasse uma bomba de gasolina, quer ao Benfica, quer ao Sporting, o argumento foi sempre que quando se dava a um tinha que se dar a outro, tinha que haver igualdade de direitos. Só que agora realmente ficavam sem saber a razão porque tratavam de uma associação representativa de um determinado sector profissional, e não tratavam da outra associação que também representava o mesmo sector profissional. -----

----- Iam também dar terrenos a uma hipotética Fundação da Associação Portuguesa de Táxis para um lar de terceira idade, ou terrenos para uma bomba de gasolina, ou o que quer que fosse? Não era possível entender! A Câmara não podia, dentro do mesmo sector de actividade, estar a beneficiar apenas uma associação quando o mesmo sector tinha mais associações a representá-lo. -----

----- Por isso, achavam que era justo apoiar os taxistas, sobretudo mais que os industriais era justo apoiar os empregados, não era hábito os trabalhadores serem representados pelas associações das entidades patronais. Eles eram normalmente representados por outro tipo de associações como toda a gente sabia. Portanto, o BE estava de acordo que houvesse apoio aos taxistas, que houvesse apoio à terceira idade dos taxistas, mas que esse apoio fosse concedido de acordo com todas as instituições que os representavam e não apenas com uma. -----

----- Mas, mais grave do que isso, era aquilo que acontecia ao propor-se a bomba de gasolina. É que não era só o problema de se propor uma bomba de gasolina para uma associação representativa de uma parte dos taxistas, era o local onde era cedido o terreno para essa bomba de gasolina. Na cópia dactilografada do registo magnético do debate havido em Câmara, podia ler-se que era o próprio Presidente da Câmara que dizia que o terreno onde ia ser colocada a bomba de gasolina era de equipamentos colectivos e serviços da administração pública. Era assim que estava catalogado no PDM! E o artigo 87º, n.º 1, do PDM, dizia: -----

----- “1. ... destinam-se predominantemente a equipamentos colectivos e serviços da administração pública, e são os seguintes: -----

----- a) As áreas de equipamentos colectivos existentes e áreas destinadas a novos equipamentos, de nível supra-municipal ou de serviços públicos ao conjunto da cidade, que, individualmente ou em conjunto, tenham uma superfície de terreno superior a um hectare. -----

----- b) Áreas destinadas a equipamentos locais que ocupam isoladamente ou em conjunto áreas superiores a um hectare”. -----

----- E o artigo 7º (definições) na parte que constava como equipamentos colectivos dizia: -----

----- “São os equipamentos de promoção e propriedade pública ou classificados de interesse público que compreendem as instalações e locais destinados a actividades de formação, ensino e investigação e, em geral, a saúde e higiene, segurança social e pública, cultura, lazer, educação física, desporto e abastecimento público”. -----

----- E depois, mais adiante: -----

----- “Serviços públicos – Compreendem as instalações e edifícios para os serviços da administração pública e de representação do Estado”. -----

----- Ora, nesta proposta estavam a ceder terreno para uma bomba de gasolina num sítio que, conforme se podia ver numa resposta do Sr. Presidente da Câmara à Sra. Vereadora Rita Magrinho, ele próprio assumia que era um terreno para equipamentos colectivos e serviços da administração pública. -----

----- Ou seja, pretendia-se instalar uma bomba de gasolina num local que o PDM não permitia, pelo que ao aprovarem esta proposta estariam a aprovar uma violação ao PDM. -----

----- Era evidente que se podia argumentar que era possível fazer alterações ao PDM, porque efectivamente podia. Ainda ontem foram várias à Câmara e também têm vindo à Assembleia. Mas o que iam votar não era nenhuma alteração ao PDM mas sim a cedência de um terreno à ANTRAL para ali instalar uma bomba de gasolina. -----

----- E, mais grave ainda, era que no n.º 1 do artigo 88º dizia-se: “A ocupação das áreas de equipamentos e serviços públicos deve ser objecto de plano de pormenor ou projecto urbano sujeitas às seguintes condições”. E seguiam-se depois as condições a que os mesmos estavam sujeitos. -----

----- Disse, ainda, que essa questão foi colocada em Câmara, e o Sr. Presidente, com alguma leveza, para não dizer outra palavra, deu ao Vereador Sá Fernandes a seguinte resposta: “Sr. Vereador, se estiver a incumprir o PDM eu perco o meu mandato e, portanto, estou a dar a minha cabeça por isto”. Bom, não lhes parecia que fosse boa política, em qualquer sítio, andar a mudar de governação passados alguns meses, mas se a Câmara não retirasse a proposta para a fazer como devia ser para apoiar declaradamente os taxistas na sua globalidade cumprindo todos os preceitos legais a que o PDM obrigava, naturalmente o BE iria pedir responsabilidades junto do IGAT por essa violação do PDM. -----

----- O que estava em causa, no seu entender, depois do que leu da transcrição da cópia dactilografada do registo magnético da Câmara e dos artigos que leu do que estava escrito no PDM, o assunto era sério de mais, a Câmara deveria retirar a proposta e, no mínimo, ela baixar a uma Comissão para analisar da sua legalidade, para além das opiniões políticas que todos ali tinham. -----

----- **A Senhora Vereadora Marina Ferreira**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que era com prazer que subia à tribuna para prestar esclarecimentos à Assembleia sobre uma proposta que teve o maior gosto em apoiar e votar favoravelmente na Sessão de Câmara. E fazia-o com gosto redobrado pelo facto de ser uma proposta que a antecedia largamente em termos de preparação na Câmara, visto que vinha já do anterior Executivo, mas era sempre com gosto que se dava continuidade a projectos que consideravam válidos. -----

----- Consideravam este projecto válido porquê? Porque, como foi dito em Sessão de Câmara, esta era uma proposta que reunia vários requisitos objectivos de interesse público, a começar pelo facto da atribuição ser feita a uma Fundação. Lisboa tem uma enorme carência de locais para apoio e recolha dos seus idosos e uma população que envelhecia cada vez mais, pelo que era sempre um prazer poder apoiar uma proposta

que visava uma solução que, partindo da sociedade civil, se propunha seguir finalidades que eram caras a todos, como seja o apoio às pessoas idosas cujo número tendia a aumentar. -----

----- Disse que a Fundação ANTRAL pressupunha acolher no seu seio, em termos de centro-de-dia e futuramente lar, não só os seus associados, familiares e moradores, como, ainda, abrir as instalações a toda a população circundante na medida da disponibilidade das instalações. Portanto, tratava-se de uma proposta de parceria entre o interesse público no acolhimento e protecção dos idosos, e uma entidade particular, que reputava de extremamente vantajosa para a autarquia e para os lisboetas em geral. -----

----- Mas, mais do que isso, era uma proposta que em vez de ficar dependente de subsídios periódicos para o seu trabalho quotidiano, ganhava vida própria pelo facto de se poder não só dar a disponibilidade do local mas também apoiar financeiramente o dia-a-dia dessa associação, uma Fundação com objectivos sociais, através da prossecução daquilo que era uma necessidade da Cidade de Lisboa, o estímulo à redução da emissão de poluentes. -----

----- Isto porque essa associação acolhia no seu seio mais de 3.000 viaturas que circulavam diariamente na cidade, o que por si e também por constar obrigatoriamente do projecto de atribuição da bomba de gasolina o facto de ela ter que acolher energias alternativas, era uma proposta que acolhia também o interesse público em termos da redução da poluição na cidade, objectivo que estava em crer que era comum a todos os quadrantes políticos por ultrapassar claramente preocupações partidárias. -----

----- Por outro lado, esta era uma proposta de atribuição inovadora, porque tinha umnexo de causalidade muito claro entre aqueles que iam ser os encarregados pela exploração e gestão da bomba com a própria actividade que desenvolviam. -----

----- E se era certo que do ponto de vista constitucional estavam, felizmente, obrigados a responder ao princípio da igualdade de direitos, era também certo que em termos de defesa do associativismo e em termos de defesa de sustentabilidade ambiental, também eram obrigados a diferenciar aquilo que quer devia ser diferenciado. Era isso que consideravam que existia nesta proposta, uma evidente necessidade de diferenciar o que deve ser diferenciado. -----

----- Continuando, disse que foi referido por vários Deputados Municipais, face à carta enviada pela Federação de Táxis à Assembleia e que foi lida pela Sra. Presidente na semana passada, que também a Federação poderia ser candidata a uma bomba e a um lar. Efectivamente podia, só que não apresentara qualquer candidatura a essa atribuição, sendo que a Câmara teve o cuidado de assegurar, junto da Fundação, que quer o lar e o centro-de-dia, quer a bomba, estariam abertos não só aos associados da ANTRAL como a todos os taxistas e à população em geral. Portanto, maior abertura que esta seria difícil de garantir. -----

----- Por outro lado, a bomba de gasolina, além da exploração dos combustíveis e da disposição que tinha relativamente à obrigatoriedade de serem facultados combustíveis menos poluentes, teria também associada uma infra-estrutura, como era tradicional noutras bombas, de natureza comercial. -----

----- De facto, não estava previsto nada no protocolo relativamente à exploração comercial das áreas adjacentes às bombas, mas podia informar a Assembleia que foi objectivo na negociação desta proposta constituir-se também uma central de compras para os taxistas, mais uma medida que fazia sentido em termos de cidade. Para que os munícipes se pudessem transportar em condições de segurança e mobilidade adequadas, era importante também que, pela via do associativismo, se pudessem oferecer condições de aquisição dos produtos essenciais, em termos mais favoráveis, a todos os profissionais de táxi. -----

----- Por fim, disse que queria relatar um facto que, também por ser anterior à sua eleição para Vereadora e às suas atribuições, a enchia de orgulho. No anterior Executivo, face a uma série de situações de insegurança que se viviam na cidade, foi decidido atribuir um financiamento e um apoio para aquisição de GPSs para os táxis, e também nessa altura o acordo foi celebrado com a ANTRAL, já que ela representava mais de 80% dos táxis que circulavam em Lisboa. E então, ao contrário do que ali foi por diversas vezes referido, como prova da maneira igualitária como essa questão foi tratada, a ANTRAL, logo nos primeiros 250 GPSs que foram entregues, entregara aos taxistas não associados uma parte muito significativa, claramente em numero superior àquele que representavam os taxistas não associados, dando com isso uma prova de boa-fé e de sentido de responsabilidade que era importante ali registar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, disse que qualquer sentido que tivessem de alguma responsabilidade os deveria fazer ponderar. Não encontrara nos oradores que ali intervieram nenhuma coisa contra a ANTRAL, pelo contrário saudaram essa associação dos taxistas, naturalmente. O BE só estava contra o facto de, através de uma acção da Câmara Municipal, se privilegiar uma associação em detrimento de outras do mesmo sector profissional, independentemente de serem ou não mais abertos e terem ou não mais boa-vontade. Ali teriam que ser independentes disso! -----

----- Por outro lado, não foi respondida a questão relativa ao ponto 7 da carta da Federação Portuguesa de Táxis, pelo contrário a Sra. Vereadora tratara a questão como se fosse tudo um mar de rosas, mas era um facto que estavam fartos, no Município de Lisboa, de andarem com processos em tribunal. -----

----- O aludido ponto dizia: “7 - Já que esta Federação, na prossecução da defesa dos seus associados, não deixará de, confirmando-se as concessões pretendidas, solicitar e obter do Ministério Público e das demais entidades, inclusive judiciais, competentes, a reposição e reparação da violação referida, conforme aliás já ocorreu anteriormente, por razões e critérios em tudo idênticos aos subjacentes à presente questão.” -----

----- Iam correr esse risco em vez de tentar conciliar os interesses e procurar resolver a bem da cidade e de todos os taxistas um problema que todos queriam resolver? É que ninguém ali era contra o apoio aos taxistas, o que discordavam era da forma como se estava a querer resolver o problema! -----

----- Depois, disse que apesar de ter ouvido a intervenção da Sra. Vereadora com a maior atenção, não entendeu o que respondera sobre o PDM. De facto, uma coisa

curiosa na maioria camarária do PSD era que para resolver os problemas não havia nada como ser ecologista. Se não se podia construir prédios num sítio porque o PDM não permitia, não havia problema, faziam-se edifícios bio-climáticos e estava tudo resolvido, apesar do PDM dizer que não se podiam aí construir prédios! Não se podia construir uma bomba de gasolina porque o PDM não deixava, não havia problema porque metia-se lá o GPL passavam a ser ecologistas e já se podia pôr a bomba! Não podia ser assim, andavam a brincar com coisas sérias! É que era preciso ser ecologista, isso era verdade, só que não era para deturpar aquilo que definia a estratégia da edificação da cidade. -----

----- Disse que todos queriam ajudar os taxistas, não conhecia nenhum Deputado Municipal nem nenhum Vereador que não quisesse, mas era preciso que as coisas se fizessem como devia ser. Haveria alguma crise se esta proposta baixasse à Comissão para se estudar a melhor forma de conciliar os interesses todos e de facto ajudarem os taxistas o mais rápido e o melhor possível? -----

----- Recordou que a única coisa que sugeriram foi que a proposta fosse retirada para baixar à Comissão para se estudar como se devia fazer como devia ser, mas se a Sra. Vereadora não estava de acordo desde já requeria, oralmente, como líder do Grupo Municipal do BE, que antes de se votar a proposta se votasse a sua baixa à Comissão. -----

----- **A Senhora Vereadora Gabriela Seara**, no uso da palavra, começou por pedir autorização à Sra. Presidente para distribuir, ainda no decurso desta reunião, um pequeno documento formal, que não trouxe consigo, para provar que essa bomba de gasolina, nos moldes em que estava previsto, não violava o PDM. E não violava o PDM com base numa regra simples, que era a seguinte: mesmo em espaços reservados para equipamentos de utilização colectiva, como era o caso, havia sempre uma área de 20% desse espaço que poderia ser utilizado para outros fins.-----

----- Portanto, não era por uma questão de serem ecologistas porque ali tinha GPL e então já poderia ser considerado um equipamento, mas era pelo facto de ser possível, numa área reservada para equipamentos, utilizar-se 20% dessa área para usos de outra natureza. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que o documento seria distribuído pelos Srs. Deputados Municipais, logo que fosse disponibilizado. -----

----- Depois, conforme requerido, oralmente, pelo BE, submeteu à votação a baixa à Comissão da proposta 7/2006, tendo a Assembleia deliberado rejeitar a baixa, por maioria, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção dos Deputados Municipais Victor Gonçalves, Brito Correia, João Mota Lopes e Ferreira Pereira, todos do PSD. -----

----- Rejeitada que foi a proposta de baixa à Comissão, submeteu à votação a proposta 7/2006, ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, PEV e BE, e a abstenção do PCP e dos Deputados Municipais Victor Gonçalves e Brito Correia, ambos do PSD. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, PCP, PEV e BE, e a abstenção dos Deputados Municipais Victor Gonçalves, Brito Correia, João Mota Lopes e Ferreira Pereira, do PSD. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, PEV e BE, e a abstenção do PCP e dos Deputados Municipais Victor Gonçalves, Brito Correia, João Mota Lopes e Ferreira Pereira, do PSD. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente às deliberações acabadas de tomar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Dizer que ouvi com atenção aquilo que disse a Vereadora Gabriela Seara, e é com simpatia que lhe digo, Sra. Vereadora, que é possível isso que disse. Naturalmente, e portanto pode escrever esses documentos todos, mas o n.º 1 do artigo 88º do PDM, refere expressamente que: ‘A ocupação das áreas de equipamentos e serviços públicos deve ser objecto de plano de pormenor ou projecto urbano’ definindo-se no artigo as condições a que os mesmos estão sujeitos. -----

----- Portanto, se queremos lá colocar, nesses tais 20%, a tal hipótese da bomba, era preciso fazer isto. Isto é o que está escrito no PDM, e é por isso que não estamos de acordo.” -----

----- **Os Deputados Municipais Victor Gonçalves, Brito Correia, João Mota Lopes e Ferreira Pereira**, todos do PSD, apresentaram, por escrito, a seguinte declaração de voto: -----

----- “Os Deputados do Partido Social-Democrata abaixo assinados abstiveram-se na votação da Proposta n.º 7/2006, porque, embora entendam e apoiem o fim em si, são de opinião que deveriam ser assegurados de forma inequívoca que a exploração das bombas de gasolina será sempre feita pela Fundação ANTRAL e nunca cedidas a terceiros, que na avaliação do valor do direito de superfície deveria entrar a componente comercial adjacente à bomba e, ainda, que o direito ao benefício da utilização dessa bomba e do centro-de-dia deveria ser extensivo a todos os taxistas que operam na cidade. -----

----- Reconhecem, ainda, os Deputados abaixo assinados, que não está garantido de forma inequívoca que esta cedência contribuirá para a utilização generalizada de combustíveis não poluentes pelos taxistas que operam na região de Lisboa.” -----

----- A propósito da aprovação das actas em minuta, a **Senhora Presidente** informou que, sob proposta da Conferência de Representantes, tomada na reunião de hoje, iam votar uma deliberação que valia já para os pontos que iam discutir a seguir e para as reuniões futuras. -----

----- Portanto, a Assembleia delibera que, doravante, relativamente a todas as propostas, que a acta é aprovada em minuta, ficando o Plenário dispensado de o fazer casuisticamente. -----

----- Submetida à votação a referida proposta de deliberação, foi esta aprovada, por unanimidade. -----

----- PONTO 5 – PROPOSTA 8/2006 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA ADJUDICAÇÃO À FIRMA “2045 – EMPRESA DE SEGURANÇA, SA” DA “PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DO MERCADO DA RIBEIRA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ART.º 22 DO DEC.-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 8/2006 -----

----- “Considerando a necessidade de se garantir a Vigilância das Instalações Municipais do Mercado da Ribeira; -----

----- Considerando que, para tanto, foi lançado o Concurso Publico Internacional - Processo nº 22/DMSC – DA/05 – para “Prestação de Serviços de Vigilância das Instalações Municipais do Mercado da Ribeira”, tendo o júri do concurso designado para o efeito, após apreciar o mérito das propostas das empresas concorrentes admitidas ao concurso, emitido parecer no sentido da adjudicação à firma “2045 – Empresa de Segurança, SA”, por ter sido aquela que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa e que cumpre os critérios de adjudicação enunciados no respectivo Programa de Concursos; -----

----- Considerando que o prazo para a prestação de serviços é de 12 meses, com início em 01/01/2006, e prorrogável até ao triénio subsequente; -----

----- Considerando que ainda não foi autorizada a repartição de encargos nos termos do nº 6 do art. 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e o art. 11º, nº 4.1 do Regulamento do Orçamento em vigor. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação de Assembleia Municipal: -----

----- 1. Ao abrigo do disposto no art. 54º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, adjudicar a “Prestação dos Serviços de Vigilância das Instalações Municipais do Mercado da Ribeira”, para o período de 12 meses, com início em 01/01/2006, à firma “2045 – Empresa de Segurança, SA”, pelo valor de 58.038,00€ (cinquenta e oito mil e trinta e oito euros) ao qual acresce o IVA à taxa de 21% no montante de 12.187,98€ (doze mil cento e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos) perfazendo um total de 70.225,98€ (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos); -----

----- 2. Autorizar a repartição de encargos referentes às sucessivas renovações da “Prestação de Serviços de Vigilância das Instalações Municipais do Mercado da Ribeira”; -----

----- 3. Autorizar o valor global para as sucessivas renovações de 210.677,94€ (duzentos e dez mil seiscentos e setenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos), com IVA à taxa legal de 21%, já incluído, ao qual para cada ano da prorrogação (2007, 2008 e 2009) acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços, prevista no nº 10.2.1 do Caderno de Encargos; -----

----- 4. Autorizar que seja contraído, no ano de 2006, o valor de 70.225,98€ (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa legal de 21%, já incluído, e com cabimento na rubrica orçamental 02.02.18. da orgânica 08.01.; -

----- 5. Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2007, o valor de 70.225,98€ (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21%, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa); -----

----- 6. Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2008, o valor de 70.225,98€ (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21%, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa); -----

----- 7. Autorizar que seja considerado como encargo assumido para o ano de 2009, o valor de 70.225,98€ (setenta mil duzentos e vinte e cinco euros e noventa e oito cêntimos), com IVA à taxa de 21%, já incluído (ao qual acrescerá o valor resultante da aplicação da fórmula de revisão de preços para o ano em causa); -----

----- 8. Aprovar a minuta do contrato anexa.” -----

----- (A minuta de contrato, anexa à presente proposta, fica devidamente arquivada, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que a posição do BE era de oposição a esta proposta da Câmara Municipal pela não utilidade que viam na realização de um contrato com uma empresa privada para prestação de serviços de vigilância das instalações do Mercado da Ribeira. -----

----- No contexto preciso em que actualmente se discutia a rentabilização das forças de segurança no País e a sua função inestimável de prestar serviço de segurança a toda a população e em particular também aos edifícios públicos, parecia ao BE que a privatização desta função em concreto vinha completamente ao contrário de tudo aquilo que se estava a fazer a nível do País, incluindo na Cidade de Lisboa. -----

----- Entendiam que era de todo o interesse relevar a função da Polícia Municipal na prestação desse serviço de vigilância, e não entendiam por que era que este serviço em concreto deveria ser privatizado porque a Polícia Municipal podia perfeitamente exercer essa função, já que, dentro das suas competências, cabia-lhe fazê-lo. -----

----- Por outro lado, pensavam também que a privatização desse serviço a uma empresa que era conhecida por escrever na sua designação o nome do batalhão que o Coronel Jaime Neves comandara em Angola antes do 25 de Abril, era uma atitude que revelava pouca transparência na concessão deste serviço a esta empresa e não a outra qualquer. --

----- Portanto, por um lado entendiam que esta decisão não estava suficientemente justificada e, por outro, que era um desperdício atendendo ao facto de estarem convencidos que a Polícia Municipal podia perfeitamente prestar este serviço, com todas as vantagens que daí decorriam no âmbito do processo de reorganização e reestruturação dos serviços públicos que entendiam dever também abranger a própria Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E se a nível do Estado podiam admitir que havia funcionários públicos que podiam ser aproveitados, com vantagem para todos, na prestação de serviços públicos por

exemplo em secretarias da polícia, também julgavam que, se calhar, haveria funcionários da Câmara que podiam, em caso de necessidade, prestar serviço administrativo na Polícia Municipal e assim libertar agentes para prestação de serviços de vigilância, pois era fundamentalmente para essa missão que a polícia deveria servir. -

----- Por tudo isso, o BE entendia que esta proposta não devia ser aprovada. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, depois de referir que subscrevia as observações que o BE acabara de fazer, disse que desejava saber quais foram os critérios que levaram à atribuição da pontuação máxima a esta empresa, quando ela, aparentemente, apresentara o terceiro melhor preço e a qualidade técnica ficara em segundo lugar. -----

----- E esta pergunta ocorrera-lhe depois de ver o nome da empresa, que lhe lembrara o Sporting de Braga que também nas camisolas tinha este nome e lembrara-se também da Bragaparkes que ganhara a hasta pública, apesar de ter apresentado o quarto melhor preço. Parecia que começava a ser moda! -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para um protesto, disse que se recordava que na segunda reunião da Assembleia Municipal a Sra. Presidente pediu, e muito bem, alguma contenção não no conteúdo mas na forma como os Deputados Municipais ali se dirigiam à Câmara e uns aos outros, e hoje, sendo uma reunião com pouco mais de três horas, já três Deputados Municipais, de forças políticas diferentes, porque estavam desorientados iam para ali fazer diatribes. -----

----- Primeiro, foram juízos de valor sobre favorecimentos à ANTRAL em situação de campanha eleitoral, agora era uma empresa que tinha o mesmo número de uma Companhia de Comandos – e era bom que se enaltessem os Comandos portugueses – porque isso, pelos vistos, prejudicava a transparência do concurso, e, por fim, era a Bragaparkes e as camisolas do Sporting de Braga. -----

----- Portanto, protestava contra a falta de argumentos da oposição em termos concretos quanto às propostas, e o atirar para cima da mesa com lama a ver se atingiam alguém. Seguramente que o Executivo e o PSD não atingiam, mas talvez eles ficassem com as mãos sujas. -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar a palavra para o contraprotesto, pediu alguma contenção e a manutenção da elegância que tem pautado as reuniões da Assembleia Municipal. Admitia que os limites do bom gosto fossem subjectivos, não extravasam, porém, aquilo que era o direito à liberdade de expressão. -----

----- Portanto, pedia alguma contenção no uso de um e de outros. Aquilo que extravasasse de um saudável mas equilibrado debate político teria, naturalmente, meios de reacção próprios. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, em contraprotesto, depois de referir que ia efectivamente ser mais comedido naquilo que pensava ser neste seu contraprotesto, disse que o BE se orgulhava de ser uma das forças políticas, nesta como noutras Assembleias, de ter as mãos limpas. E mais, de serem, e orgulhavam-se disso também, provavelmente os primeiros protagonistas de um caso de denúncia de mãos sujas que existiam no poder autárquico do País. Isso era uma questão de orgulho para o BE, porque uma questão de honra que assumiram nos compromissos políticos perante o

povo português, foi baterem-se pela transparência dos processos, e, neste caso, não estavam garantidos, no entender do BE, os pressupostos dessa transparência na realização do contrato. -----

----- E isso pela simples razão de que existia uma força policial municipal que podia perfeitamente assumir o papel que neste contrato de prestação de serviços se pretendia assumir. -----

----- Essa era a razão essencial, uma razão política que não tinha nada a ver nem com mãos sujas, nem com mãos limpas, que foi, infelizmente, o argumento do Deputado Municipal Saldanha Serra, mas que não deveria ter sido para ali trazido. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, aludindo ao protesto Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que sobre a questão da ANTRAL já se pronunciara, já teve até oportunidade de esclarecer o Deputado Municipal Victor Gonçalves sobre as intenções do PS quanto àquela matéria, sobre a rectidão do Sr. Presidente da Câmara e sobre os juízos de valor objectivos que se podiam fazer com a coincidência de determinadas atitudes, pelo que lhe parecia perfeitamente descabido que o Deputado Municipal Saldanha Serra viesse novamente colocar a questão, ainda por cima na forma da deselegância parlamentar, porque se havia coisa que pessoalmente não era capaz era ser deselegante do ponto de vista parlamentar, nem sequer de outro qualquer ponto de vista. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, novamente no uso da palavra, disse que não queria alongar muito esta discussão, mas desejava referir ao Deputado Municipal Saldanha Serra que aquilo que perguntou foi quais os critérios que pautaram a atribuição à empresa que ganhara, uma vez que, conforme viu na acta, essa empresa apresentara o terceiro melhor preço e ficou em segundo lugar no que dizia respeito à qualidade técnica. Aliás, essa pergunta foi formulada na Câmara e não teve resposta. ---

----- Por outro lado, em relação à Bragaparkes, o que se lembrava era que na hasta pública também foi a empresa que apresentara o quarto melhor preço e foi quem ficou com os terrenos. Era só isso, não tinha nada uma coisa a ver com a outra! E lembrou-se do Sporting de Braga porque também usavam esse nome nas camisolas. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que não sabia se o Deputado Municipal Heitor de Sousa leu a transcrição da discussão havida na Sessão de Câmara. Não se tratava de privatização nenhuma, era apenas um contrato de prestação de serviços como sempre se fez, não se estava a privatizar nada. Estavam apenas a dar sequência a um contrato de prestação de serviços de segurança, que se fazia, quer para os mercados municipais, que na cidade são 32, quer para as dezenas de instalações que a Câmara tinha: teatros, equipamentos desportivos, serviços administrativos, a própria Assembleia Municipal, portanto um conjunto de instalações espalhadas pela cidade, e se pusessem os pouco mais de quatrocentos agentes da Polícia Municipal que a Câmara tinha a fazer a segurança de todas essas instalações, estariam a desviar a Polícia Municipal daquela que era a sua principal função. -----

----- Era isso que não queriam, e por essa razão tinham que recorrer à celebração de contratos de prestação de serviços de segurança para esse tipo de trabalhos. -----

----- Disse que esta explicação foi dada ao Sr. Vereador do BE, em Sessão de Câmara, que também aí sugerira que a Polícia Municipal fosse desviada para essas funções e não se fizessem contratos de prestação de serviços. Só que se a Polícia Municipal fosse desviada para esse tipo de funções não podia exercer aquela que era a sua principal função! Essa é que era a grande questão, porque não havia elementos suficientes da Polícia Municipal para dar satisfação em termos das necessidades que a cidade tinha, não só de segurança mas em todas as outras funções que eram atribuídas à Polícia Municipal. -----

----- Quanto ao lançamento do concurso e a definição dos critérios, disse que eles foram aprovados, por unanimidade, na Câmara Municipal, e existia um júri, que foi nomeado no âmbito do concurso, que seleccionara as propostas, teve estas atribuições em função desses critérios inicialmente definidos pela Câmara e concluíra que esta era a melhor proposta e consequentemente a proposta vencedora. -----

----- Foi a “2045 – Empresa de Segurança SA”, que era uma empresa que tinha todas as condições do ponto de vista legal para exercer esse tipo de funções e estava licenciada para o efeito, e a Câmara Municipal de Lisboa não a podia excluir do processo porque não tinha razão nenhuma para a poder excluir. -----

----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 8/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD e do PP, votos contra do BE e do PEV, e a abstenção do PS e do PCP. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 31/2006 – APROVAR A ALTERAÇÃO EM REGIME SIMPLIFICADO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DA PARCELA A SUL DA ETAR DE ALCÂNTARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 E DA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 31/2006 -----

----- “Considerando que: -----

----- O tratamento insuficiente de águas residuais urbanas afecta o ambiente e a qualidade de vida da população, sendo por isso necessário exigir o controlo adequado e contínuo das estações de tratamento por forma a garantir o seu melhor funcionamento, salvaguardando o ambiente dos efeitos nocivos da descarga de águas residuais; -----

----- Da transposição sucessiva da Directiva 91/271/CEE do Conselho, de 21 de Maio, relativa ao tratamento de águas residuais urbanas para o ordenamento jurídico nacional, através do Decretos-Lei n.ºs 45/94, 46/94, 47/94, todos de 22 de Fevereiro, do Decreto - Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, resultou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara, por forma a permitir o ajuste do sistema de tratamento das águas residuais aos requisitos técnicos ali prescritos; -----

----- Esta adaptação, por razões de ordem técnica, implicará a ampliação das instalações da ETAR, a qual terá que ser executada a jusante do tratamento secundário, uma vez que este é efectuado no final da linha, preconizando-se uma solução gravítica, adequada

a uma maior sustentabilidade energética e potenciando vantagens nos circuitos de tratamento e de operacionalidade; -----

----- Com a adaptação para tratamento secundário da ETAR de Alcântara, também se procederá à demolição do edifício administrativo e do edifício de exploração que se encontram actualmente implantados em “Área Verde de Protecção” reconvertendo esse espaço em área verde efectiva, conforme a classificação que consta da Planta de Ordenamento do Espaço Urbano do Plano Director Municipal; -----

----- No estrito respeito pela legislação supra referida foi celebrado um Contrato de Concessão entre o Estado Português e a SIMTEJO, nos termos do qual se reiterou a obrigação de adaptação da ETAR de Alcântara; -----

----- A parcela para onde se prevê a instalação do tratamento secundário, encontra-se classificada na Planta de Ordenamento, como “Área Verde de Protecção”, quando é certo que à data da elaboração do Plano Director era já manifestamente expectável que esta área era necessária para cumprir o disposto na Directiva Comunitária; -----

----- Na elaboração do PDM, houve um erro de dimensionamento na representação gráfica da área necessária para a ETAR, o qual não teve origem no projecto inicial, mas na falta de previsão da necessidade da adaptação ao tratamento secundário; -----

----- Em vez de “Área Verde de Protecção”, deveria a carta de ordenamento, já em 1994, ter classificado aquela parcela como “Área de Usos Especiais” e, assim, cautelarmente, ter garantido, a possibilidade de cumprimento da Directiva Comunitária; -----

----- Este erro de dimensionamento na representação gráfica que conduziu a erro de classificação da parcela na Planta de Ordenamento, é susceptível de correcção, no âmbito do procedimento de alteração do Plano Director Municipal em Regime Simplificado, nos termos do disposto da das alíneas a) e b) de nº 2 do Artigo 97º, e ainda do disposto na alínea a) do nº1 do mesmo artigo, desde a data da transposição da Directiva Comunitária, para a ordem jurídica interna. -----

----- Tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que, nos termos da alínea a) do nº2 e da alínea b) do nº 3 do Artigo 53º, conjugadas com o disposto na alínea a) do nº 6 do Artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A de 11 de Janeiro, delibere o seguinte: -----

----- Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a alteração em regime simplificado do Plano Director Municipal, junta em anexo, nos termos da alínea a) e e) do nº1 e da alínea a) e b) do nº2 do artigo 97º do Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto Lei nº 310/03 de 10 de Dezembro, dando conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e assegurando os demais procedimentos, de acordo com o nº 4 do citado artigo.” -----

----- **O Deputado Municipal Tiago Alves (PSD)**, Presidente substituto da Junta de Freguesia do Santo Condestável, começou por referir que acolhia esta proposta com satisfação, porque ela resolveria, de imediato, aquilo que há longos anos afectava toda a população da Freguesia do Santo Condestável, em especial os residentes no Bairro da Quinta do Loureiro. -----

----- De referir que para além da população residente, eram também afectados todos os munícipes que passavam na área circundante da ETAR, porque os cheiros e odores nauseabundos e pragas de mosquitos na época estival, que faziam o teor das queixas da população, poderiam significar um risco de saúde pública, particularmente para aqueles cuja resistência física carecia de defesas. -----

----- No que se referia a aspectos positivos da proposta, disse que se devia realçar que quer o estuário do Tejo, quer as zonas ribeirinhas, sairiam beneficiadas na medida em que a mesma permitiria a descarga de efluentes menos lesivos. -----

----- Disse, depois, que a alteração atrás referida implicara, no decorrer do mandato anterior, a deslocação da construção de um pavilhão gimnodesportivo, e essa deslocação foi, teria que se dizer, acordada entre o anterior Executivo da Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia do Santo Condestável, da qual fazia parte. Essa deslocação para o parque desportivo da Rua Correia Teles, com a contrapartida da construção de um polidesportivo no Vale de Alcântara, junto ao Centro Social do Casal Ventoso, foi acolhida com entusiasmo, tanto pela Junta de Freguesia como pelas associações e clubes da freguesia. -----

----- Desta forma, poder-se-iam colmatar algumas das carências sofridas pela população da freguesia, bem como combater a ausência de ocupação de tempos livres dos jovens do bairro, que na sua maioria eram considerados, por todos, jovens em risco, o que se afigurava aos olhos do Executivo da Junta de Freguesia do Santo Condestável de grande utilidade, quer social, quer pedagógica, quer educativa. -----

----- Embora os projectos em causa não estivessem directamente relacionados quanto aos seus objectivos – saúde pública, desporto e acção social – a resolução da proposta implicava a concretização de um projecto reconhecido como necessário à freguesia. ----

----- Estavam, pois, justificadas as condições para a resolução definitiva do problema da ETAR de Alcântara e a consequente construção das infra-estruturas desportivas. -----

----- Por tudo isso, entendia o Executivo da Junta de Freguesia do Santo Condestável que as entidades responsáveis, Estado e SIMTEJO, não teriam quaisquer argumentos para o incumprimento das suas obrigações. -----

----- Terminou dizendo que o Executivo da Junta estaria atento ao evoluir da situação, tendo uma palavra de crítica ou de elogio à sua concretização. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que lhes era presente mais um pedido de alteração, em regime simplificado, do PDM, mas esta diferia um tanto das muitas que têm sido apresentadas à Assembleia. -----

----- Não havia necessidade de evocar erros ou omissões do PDM porque se tratava do cumprimento de uma Directiva comunitária, portanto dentro do enquadramento legal sobre a matéria. Desta alteração resultava benefício público e, por isso, se aprovava esta alteração apontando-a como exemplar. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, referiu que o BE era completamente a favor de todas as obras que resolvessem o problema do sistema de esgotos de Lisboa e do seu tratamento e, de facto, esta proposta permitia que o projecto da ETAR contemplasse uma solução gravítica com evidentes vantagens do ponto de

vista energético, portanto do ponto de vista de engenharia viabilizava uma solução tecnicamente mais adequada. -----

----- De qualquer maneira, isso implicava, como foi referido já por um Deputado Municipal, a alteração do local de construção de parques desportivos que tinham sido prometidos às populações, a sua transferência estava certamente acordada e o BE estaria atento ao cumprimento das promessas agora formuladas. -----

----- Contudo, não votariam a favor da proposta porque não davam cobertura às sucessivas revisões, em regime simplificado, do PDM. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV ia votar a favor da proposta por todos os motivos que entendia não valer a pena estar a abordar, porque se tratava da transposição de uma Directiva para a adaptação da ETAR de Alcântara e por isso era inevitável. -----

----- Mas isso não desculpava nem inibia a Câmara Municipal de informar os moradores dos projectos que se pretendiam para a zona, nem sequer pôr em causa a valorização das áreas circundantes e a construção de novos equipamentos, nomeadamente o polidesportivo. -----

----- Portanto, no entender do PEV, esta proposta era um passo em frente para resolver o problema da ETAR de Alcântara, um problema com uma história longa e com contornos nalguns aspectos pouco claros. -----

----- Tudo começou em 1998 com a abertura do concurso público internacional para de execução de adaptação e complemento da ETAR de Alcântara; em 1999 decorreu o acto público de abertura das propostas, apresentaram-se a concurso quatro concorrentes; em Outubro de 2001 a Câmara aprovava o projecto de minuta do contrato de empreitada e aprovava a transmissão da posição de dono da obra à Empresa SIMTEJO. De acordo com a minuta do contrato, o valor da obra rondaria os seis milhões de contos e o prazo de execução seria de 675 dias, o que significava que se o processo seguisse os seus trâmites normais e os prazos fossem cumpridos há muito que a obra estaria concluída e a ETAR de Alcântara estaria a funcionar plenamente e a proceder ao tratamento terciário das águas. -----

----- Porém, em reunião de Câmara de Maio de 2002, e sem nunca ninguém ter compreendido bem porquê, foi extinto o concurso e revogada a deliberação que havia aprovado a minuta de contrato e, quatro anos depois dessa decisão, continuavam sem saber ao certo em que fase se encontrava o processo. -----

----- Continuando, disse que depois de vários pedidos de informação sobre a ETAR de Alcântara, feitos por si à Câmara na Assembleia Municipal durante o anterior mandato, sem ter respostas, optara por fazê-lo por escrito, através de requerimento, em Fevereiro de 2004. E, em resposta dada no mês de Agosto seguinte, a Câmara informou que a SIMTEJO tinha procedido, em Maio de 2003, ao lançamento do concurso público internacional para a ETAR de Alcântara e que estava concluído o relatório de apreciação das propostas, mas o Sr. Presidente da Câmara, em reunião do Executivo realizada em 25 de Janeiro de 2006, dizia, citou: “ainda estamos a apreciar as propostas”. -----

----- Então em Agosto de 2004 o relatório de apreciação das propostas estava concluído, e ano e meio depois ainda estavam em fase de apreciação das propostas?! Andavam para trás, em que é que ficavam? A apreciação das propostas estava ou não concluída? E, se estava, já foi feita a adjudicação? É que não estavam a cumprir a Directiva comunitária, era certo; estavam em falta, também era certo; iam gastar mais do dobro que aquilo que gastariam se o processo do Executivo de esquerda tivesse prosseguido e que rondava os seis milhões de contos. -----

----- Continuavam os maus cheiros, apesar dos reagentes que estavam a ser utilizados e cujos custos ninguém sabia ao certo o que representavam para os lisboetas. 200, 300 contos? Os esgotos continuavam a ser canalizados para o Tejo e continuavam sem saber em que fase se encontrava o processo. O que sabiam era que ainda nem sequer chegaram à fase em que estavam quando a esquerda deixara de ter as responsabilidades que tinha nos destinos da cidade, portanto ainda não chegaram ao ponto que estavam em 2001. -----

----- Mas saber isso era saber muito pouco, pelo que gostariam de ser esclarecidos sobre qual o ponto da situação relativamente ao processo de concurso: se a fase de apreciação das propostas estava feita, se já foi adjudicada e para quando previa a Câmara a conclusão da obra. -----

----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 8/2006, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, PEV e PP, e a abstenção do BE. -----

----- Seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no passado dia 21 de Fevereiro. -----

----- Eram 18 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____ .----

----- A PRESIDENTE -----